[Brasile 1](#_Toc414634316)

[Croazia 4](#_Toc414634317)

[Germania 12](#_Toc414634318)

[ITALIA 17](#_Toc414634319)

[Filippine 24](#_Toc414634320)

[SPAGNA (5 accordi) 25](#_Toc414634321)

[VENEZUELA 34](#_Toc414634322)

# Brasile

CONVENTIO INTER SANCTAM SEDEM ET REMPUBLICAM FOEDERATIVAM BRASILIAE

Acordo

entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé

relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil

A Santa Sé e a República Federativa do Brasil, doravante denominadas Altas Partes Contratantes;

Considerando que a Santa Sé é a suprema autoridade da Igreja Católica, regida pelo Direito Canônico;

Considerando as relações históricas entre a Igreja Católica e o Brasil e suas respectivas responsabilidades a serviço da sociedade e do bem integral da pessoa humana;

Afirmando que as Altas Partes Contratantes são, cada uma na própria ordem, autônomas, independentes e soberanas e cooperam para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna;

Baseandose, a Santa Sé, nos documentos do Concílio Vaticano II e no Código de Direito Canônico, e a República Federativa do Brasil, no seu ordenamento jurídico;

Reafirmando a adesão ao princípio, internacionalmente reconhecido, de liberdade religiosa;

Reconhecendo que a Constituição brasileira garante o livre exercício dos cultos religiosos;

Animados da intenção de fortalecer e incentivar as mútuas relações já existentes;

Convieram no seguinte:

ARTIGO 1º

As Altas Partes Contratantes continuarão a ser representadas, em suas relações diplomáticas, por um Núncio Apostólico acreditado junto à República Federativa do Brasil e por um Embaixador(a) do Brasil acreditado(a) junto à Santa Sé, com as imunidades e garantias asseguradas pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, e demais regras internacionais.

ARTIGO 2º

A República Federativa do Brasil, com fundamento no direito de liberdade religiosa, reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar a sua missão apostólica, garantindo o exercício público de suas atividades, observado o ordenamento jurídico brasileiro.

ARTIGO 3º

A República Federativa do Brasil reafirma a personalidade jurídica da Igreja Católica e de todas as Instituições Eclesiásticas que possuem tal personalidade em conformidade com o direito canônico, desde que não contrarie o sistema constitucional e as leis brasileiras, tais como Conferência Episcopal, Províncias Eclesiásticas, Arquidioceses, Dioceses, Prelazias Territoriais ou Pessoais, Vicariatos e Prefeituras Apostólicas, Administrações Apostólicas, Administrações Apostólicas Pessoais, Missões Sui Iuris, Ordinariado Militar e Ordinariados para os Fiéis de Outros Ritos, Paróquias, Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica.

§ 1º. A Igreja Católica pode livremente criar, modificar ou extinguir todas as Instituições Eclesiásticas mencionadas no caput deste artigo.

§2°. A personalidade jurídica das Instituições Eclesiásticas será reconhecida pela República Federativa do Brasil mediante a inscrição no respectivo registro do ato de criação, nos termos da legislação brasileira, vedado ao poder público negarlhes reconhecimento ou registro do ato de criação, devendo também ser averbadas todas as alterações por que passar o ato.

ARTIGO 4º

A Santa Sé declara que nenhuma circunscrição eclesiástica do Brasil dependerá de Bispo cuja sede esteja fixada em território estrangeiro.

ARTIGO 5º

As pessoas jurídicas eclesiásticas, reconhecidas nos termos do Artigo 3º, que, além de fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social, desenvolverão a própria atividade e gozarão de todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades com fins de natureza semelhante previstos no ordenamento jurídico brasileiro, desde que observados os requisitos e obrigações exigidos pela legislação brasileira.

ARTIGO 6º

As Altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiásticas, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.

§ 1º. A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.

§ 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, comprometese a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos.

ARTIGO 7º

A República Federativa do Brasil assegura, nos termos do seu ordenamento jurídico, as medidas necessárias para garantir a proteção dos lugares de culto da Igreja Católica e de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos cultuais, contra toda forma de violação, desrespeito e uso ilegítimo.

§ 1º Nenhum edifício, dependência ou objeto afeto ao culto católico, observada a função social da propriedade e a legislação, pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da Constituição brasileira.

ARTIGO 8º

A Igreja Católica, em vista do bem comum da sociedade brasileira, especialmente dos cidadãos mais necessitados, comprometese, observadas as exigências da lei, a dar assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, de assistência social, de educação ou similar, ou detidos em estabelecimento prisional ou similar, observadas as normas de cada estabelecimento, e que, por essa razão, estejam impedidos de exercer em condições normais a prática religiosa e a requeiram. A República Federativa do Brasil garante à Igreja Católica o direito de exercer este serviço, inerente à sua própria missão.

ARTIGO 9º

O reconhecimento recíproco de títulos e qualificações em nível de Graduação e PósGraduação estará sujeito, respectivamente, às exigências dos ordenamentos jurídicos brasileiro e da Santa Sé.

ARTIGO 10

A Igreja Católica, em atenção ao princípio de cooperação com o Estado, continuará a colocar suas instituições de ensino, em todos os níveis, a serviço da sociedade, em conformidade com seus fins e com as exigências do ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1 °. A República Federativa do Brasil reconhece à Igreja Católica o direito de constituir e administrar Seminários e outros Institutos eclesiásticos de formação e cultura.

§ 2º. O reconhecimento dos efeitos civis dos estudos, graus e títulos obtidos nos Seminários e Institutos antes mencionados é regulado pelo ordenamento jurídico brasileiro, em condição de paridade com estudos de idêntica natureza.

ARTIGO 11

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§ 1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.

ARTIGO 12

O casamento celebrado em conformidade com as leis canônicas, que atender também às exigências estabelecidas pelo direito brasileiro para contrair o casamento, produz os efeitos civis, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data da sua celebração.

§ 1º. A homologação das sentenças eclesiásticas em matéria matrimonial, confirmadas pelo órgão de controle superior da Santa Sé, será efetuada nos termos da legislação brasileira sobre homologação de sentenças estrangeiras.

ARTIGO 13

É garantido o segredo do oficio sacerdotal, especialmente o da confissão sacramental.

ARTIGO 14

A República Federativa do Brasil declara o seu empenho na destinação de espaços a fins religiosos, que deverão ser previstos nos instrumentos de planejamento urbano a serem estabelecidos no respectivo Plano Diretor.

ARTIGO 15

Às pessoas jurídicas eclesiásticas, assim como ao patrimônio, renda e serviços relacionados com as suas finalidades essenciais, é reconhecida a garantia de imunidade tributária referente aos impostos, em conformidade com a Constituição brasileira.

§ 1º. Para fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive, em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção.

ARTIGO 16

Dado o caráter peculiar religioso e beneficente da Igreja Católica e de suas instituições:

O vínculo entre os ministros ordenados ou fiéis consagrados mediante votos e as Dioceses ou Institutos Religiosos e equiparados é de caráter religioso e portanto, observado o disposto na legislação trabalhista brasileira, não gera, por si mesmo, vínculo empregatício, a não ser que seja provado o desvirtuamento da instituição eclesiástica.

As tarefas de índole apostólica, pastoral, litúrgica, catequética, assistencial, de promoção humana e semelhantes poderão ser realizadas a título voluntário, observado o disposto na legislação trabalhista brasileira.

ARTIGO 17

Os Bispos, no exercício de seu ministério pastoral, poderão convidar sacerdotes, membros de institutos religiosos e leigos, que não tenham nacionalidade brasileira, para servir no território de suas dioceses, e pedir às autoridades brasileiras, em nome deles, a concessão do visto para exercer atividade pastoral no Brasil.

§ 1º. Em conseqüência do pedido formal do Bispo, de acordo com ordenamento jurídico brasileiro, poderá ser concedido o visto permanente ou temporário, conforme o caso, pelos motivos acima expostos.

ARTIGO 18

O presente Acordo poderá ser complementado por ajustes concluídos entre as Altas Partes Contratantes.

§ 1º. Órgãos do Governo brasileiro, no âmbito de suas respectivas competências, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, devidamente autorizada pela Santa Sé, poderão celebrar convênios sobre matérias específicas, para implementação do presente Acordo.

ARTIGO 19

Quaisquer divergências na aplicação ou interpretação do presente Acordo serão resolvidas por negociações diplomáticas diretas.

ARTIGO 20

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, ressalvadas as situações jurídicas existentes e constituídas ao abrigo do Decreto n.º 119A, de 07 de janeiro de 1890 e do Acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas, de 23 de outubro de 1989.

Feito na Cidade do Vaticano, aos 13 dias do mês de novembro do ano de 2008, em dois originais, nos idiomas português e italiano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

S.E. Sr. Celso AMORIM Ministro das Relações Exteriores

S.E.R. Mons. + Dominique MAMBERTI Segretario per i Rapporti con gli Stati

# Croazia

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LA REPUBBLICA DI CROAZIA CIRCA QUESTIONI GIURIDICHE

La Santa Sede e la Repubblica di Croazia volendo stabilire il quadro giuridico delle relazioni tra la Chiesa Cattolica e lo Stato di Croazia,

facendo riferimento, la Repubblica di Croazia alle norme della Costituzione, in particolare agli articoli 40 e 41 sulla libertà religiosa e la libertà di coscienza, e la Santa Sede ai documenti del Concilio Vaticano Secondo e alle norme del Diritto Canonico;

tenendo presente il ruolo insostituibile della Chiesa Cattolica nella educazione del popolo croato e il suo ruolo storico ed attuale nel campo sociale, culturale e pedagogico;

coscienti che la maggioranza dei cittadini della Repubblica di Croazia fa parte della Chiesa Cattolica;

richiamandosi ai principi internazionalmente riconosciuti sulla libertà religiosa,

hanno stabilito di comune accordo quanto segue:

Articolo 1

La Repubblica di Croazia e la Santa Sede riaffermano che lo Stato e la Chiesa Cattolica sono, ciascuno nel proprio ordine, indipendenti e autonomi, impegnandosi al pieno rispetto di tale principio nei loro rapporti e alla reciproca collaborazione per lo sviluppo integrale, spirituale e materiale dell’uomo e per la promozione del bene comune.

Articolo 2

1. La Repubblica di Croazia riconosce la personalità giuridica pubblica della Chiesa Cattolica.

2. La Repubblica di Croazia riconosce anche la personalità giuridica pubblica di tutte le istituzioni ecclesiastiche, che hanno tale personalità giuridica in conformità alle norme del Diritto Canonico.

3. L’autorità ecclesiastica competente può erigere, modificare, abolire o riconoscere le persone giuridiche ecclesiastiche, secondo le norme del Diritto Canonico. Essa ne informa il competente organo dell’amministrazione statale, per la relativa registrazione, secondo le apposite norme civili.

Articolo 3

La Repubblica di Croazia garantisce alla Chiesa Cattolica e alle sue persone giuridiche e fisiche la libertà di comunicare e di mantenere contatti con la Santa Sede, con le Conferenze Episcopali di altri Paesi, come pure con le Chiese particolari, istituzioni e persone sia all’interno dello Stato che all’estero.

Articolo 4

Nel rispetto del diritto alla libertà religiosa, la Repubblica di Croazia riconosce alla Chiesa Cattolica, e alle sue comunità di qualsiasi rito, il libero esercizio della sua missione apostolica, in particolare per quanto riguarda il culto divino, il governo, l’insegnamento e l’attività delle associazioni di cui all’Art. 14.

Articolo 5

Spetta esclusivamente alla competente autorità ecclesiastica regolare liberamente l’ordinamento ecclesiastico proprio, erigere, mutare, e sopprimere province ecclesiastiche, arcidiocesi, diocesi, amministrazioni apostoliche, prelature territoriali, abbazie territoriali, prelature personali, parrocchie, istituti di vita consacrata e società di vita apostolica, nonché altre persone giuridiche ecclesiastiche.

Articolo 6

1. Spettano alla Chiesa Cattolica tutte le nomine ecclesiastiche ed il conferimento degli uffici ecclesiastici, in conformità alle norme del Diritto Canonico.

2. La nomina, il trasferimento e la rimozione dei Vescovi competono esclusivamente alla Santa Sede.

3. Prima della pubblicazione della nomina dei Vescovi diocesani, la Santa Sede ne darà comunicazione, in via riservata, al Govemo croato.

Articolo 7

1. La Repubblica di Croazia garantisce alla Chiesa Cattolica la libertà di esercitare il culto.

2. La Repubblica di Croazia garantisce l’inviolabilità dei luoghi di culto: chiese, cappelle e rispettivi annessi.

3. Solo per motivi gravi e con l’esplicito accordo dell’autorità ecclesiastica, si possono destinare tali luoghi ad altra finalità.

4. La competente autorità della Repubblica di Croazia può prendere provvedimenti di sicurezza nei luoghi menzionati anche senza previo avviso dell’autorità ecclesiastica competente, se ciò fosse urgente per la difesa della vita e della salute o per salvare dei beni di particolare valore artistico o storico.

5. In vista dell’esercizio del culto pubblico in luoghi diversi da quelli indicati al paragrafo 2 (come nel caso di processioni, pellegrinaggi o altri atti), le autorità ecclesiastiche ne informeranno le competenti autorità della Repubblica di Croazia, le quali hanno l’obbligo di garantire l’ordine pubblico e la sicurezza.

Articolo 8

1. Nel caso di una istruttoria su un ecclesiastico per eventuali reati contemplati dal Codice penale, le autorità giudiziarie ne informeranno previamente le autorità ecclesiastiche competenti.

2. In ogni caso, il segreto della confessione è inviolabile.

Articolo 9

1. Le domeniche e i seguenti giorni festivi sono liberi dal lavoro:

a) 1 gennaio, Solennità di Maria Ss.ma Madre di Dio, Capodanno;

b) 6 gennaio, Epifania del Signore o Santi Magi;

c) Lunedì di Pasqua;

d) 15 agosto, Assunzione della B. V. Maria;

e) 1 novembre, Tutti i Santi;

f) 25 dicembre, Natale del Signore;

g) 26 dicembre, primo giorno dopo il Natale, Santo Stefano.

2. Le due Parti interessate si metteranno d’accordo circa eventuali modifiche dei giorni festivi.

Articolo 10

1. Le persone giuridiche ecclesiastiche possono acquistare, possedere, usufruire o alienare beni mobili e immobili, così come acquisire ed alienare diritti patrimoniali, secondo le norme canoniche e quelle della legislazione della Repubblica di Croazia.

2. Le persone giuridiche di cui al comma 1, possono istituire fondazioni. La loro attività, per quanto riguarda gli effetti civili, si regola secondo le norme legali della Repubblica di Croazia.

Articolo 11

1. La Chiesa Cattolica ha il diritto di costruire chiese ed edifici ecclesiastici e di ampliare o modificare quelli già esistenti, secondo le leggi vigenti nella Repubblica di Croazia.

2. Il Vescovo diocesano decide sulla necessità di costruire edifici ecclesiastici e ne sceglie il luogo in accordo con gli organi competenti della Repubblica di Croazia.

3. Le competenti autorità della Repubblica di Croazia non prenderanno in considerazione le richieste per la costruzione di edifici ecclesiastici senza aver ricevuto il consenso scritto del vescovo diocesano.

Articolo 12

1. Alla Chiesa Cattolica sono garantite la libertà di stampare, pubblicare e divulgare libri, giornali e riviste, come pure qualsiasi altra attività connessa con la sua missione.

2. La Chiesa Cattolica ha accesso anche ai mezzi di comunicazione pubblici (giornali, radio, televisione). La Chiesa Cattolica ha inoltre il diritto di istituire e di gestire in proprio radio e televisione, in conformità alle leggi della Repubblica di Croazia.

Articolo 13

1. Il matrimonio canonico, dal momento della sua celebrazione, produce gli effetti civili secondo le norme legali della Repubblica di Croazia, se non esistono impedimenti civili per i contraenti e se sono adempiuti i requisiti previsti dalla legge della Repubblica di Croazia.

2. Il modo e il tempo utile per l’iscrizione del matrimonio canonico nei registri statali dei matrimoni sono stabiliti dalla rispettiva legge della Repubblica di Croazia.

3. La preparazione al matrimonio canonico comprende l’istruzione dei futuri sposi sull’insegnamento della Chiesa circa l’eccellenza del sacramento del matrimonio, in particolare circa la sua unità ed indissolubilità, nonché sugli effetti civili del vincolo matrimoniale secondo la legge della Repubblica di Croazia.

4. Le decisioni dei Tribunali ecclesiastici sulla nullità del matrimonio e quelle della Suprema Autorità della Chiesa sullo scioglimento del vincolo matrimoniale sono comunicate al competente Tribunale civile, per l’adempimento delle conseguenze civili del provvedimento, secondo le norme legali della Repubblica di Croazia.

Articolo 14

1. La Repubblica di Croazia riconosce il diritto dei fedeli di riunirsi secondo gli scopi propri della Chiesa. Per quanto riguarda gli effetti civili delle loro attività, tali associazioni si regolano in conformità alle norme legali della Repubblica di Croazia.

2. La Repubblica di Croazia garantisce ai cattolici e alle loro associazioni ed istituzioni la piena libertà di azione e di attività pubblica, sia in modo verbale che per iscritto.

Articolo 15

La Chiesa Cattolica ha il diritto di erigere istituzioni educative di qualunque grado e di gestirle secondo le proprie norme, nel rispetto delle disposizioni legali della Repubblica di Croazia.

Articolo 16

1. La Repubblica di Croazia riconosce e garantisce alla Chiesa Cattolica il diritto alla cura pastorale dei fedeli che soggiornano negli istituti penitenziari, negli ospedali, negli orfanotrofi ed in ogni istituto di assistenza medica e sociale di carattere pubblico o privato.

2. L’attività pastorale nei menzionati istituti, di carattere pubblico, verrà regolata con un appropriato accordo tra le competenti autorità ecclesiastiche e quelle della Repubblica di Croazia.

Articolo 17

1. La Chiesa Cattolica può liberamente organizzare istituzioni intese ad assicurare attività caritative ed assistenza sociale, conformi alle rispettive norme civili.

2. Le istituzioni ecclesiastiche a scopo assistenziale caritativo o le istituzioni che dipendono dalla Chiesa, si regolano in conformità ai propri statuti e godono degli stessi diritti e privilegi delle istituzioni statali fondate per le stesse finalità.

3. La Chiesa Cattolica e la Repubblica di Croazia si accorderanno sulla mutua collaborazione delle proprie istituzioni assistenziali caritative.

4. Le competenti autorità della Repubblica di Croazia e le competenti autorità ecclesiastiche stabiliranno di comune accordo i sussidi economici che la Repubblica di Croazia fornirà alle istituzioni della Chiesa Cattolica al servizio del bene comune della società.

5. Per quanto riguarda gli effetti civili, le istituzioni di cui al paragrafo 1 di questo Articolo si regoleranno secondo le norme legali della Repubblica di Croazia.

Articolo 18

1. La Repubblica di Croazia e la Santa Sede risolveranno di comune accordo, per via diplomatica, dubbi o difficoltà che potrebbero sorgere nell’interpretazione e nell’applicazione delle disposizioni del presente Accordo.

2. Le materie di comune interesse che richiedono soluzioni nuove o supplementari verranno trattate da una apposita Commissione Mista, composta da rappresentanti delle due Parti, la quale sottoporrà le sue proposte all’approvazione delle rispettive Autorità.

Articolo 19

1. Il presente Accordo sarà ratificato secondo le norme procedurali proprie delle Alte Parti contraenti ed entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

2. Nel caso una delle Alte Parti contraenti consideri che siano radicalmente mutate le circostanze nelle quali si è stipulato il presente Accordo, così da rendere necessarie modifiche, sarà dato inizio ai relativi negoziati.

Firmato a Zagabria, il 19 Dicembre 1996, in doppio originale, ciascuno in lingua croata e italiana; ambedue i testi sono ugualmente autentici.

dr. Jure *Radiç* za Republiku Hrvatsku + Giulio *Einaudi* per la Santa Sede

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LA REPUBBLICA DI CROAZIA CIRCA LA COLLABORAZIONE IN CAMPO EDUCATIVO E CULTURALE

La Santa Sede e la Repubblica di Croazia desiderose di regolare le relazioni tra la Chiesa Cattolica e lo Stato di Croazia nel campo dell’educazione e della cultura,

basandosi la Repubblica di Croazia sulle norme della Costituzione, in particolare sugli articoli 14, 40 e 68, e la Santa Sede sui documenti del Concilio Vaticano Secondo, specialmente sulla Dichiarazione «Gravissimum educationis», e sulle norme del Diritto Canonico;

tenendo presente l’insostituibile ruolo storico ed attuale della Chiesa Cattolica in Croazia nell’educazione etica e morale del popolo, come pure il suo ruolo nel campo culturale e pedagogico;

prendendo atto che la maggioranza dei cittadini della Repubblica di Croazia fa parte della Chiesa Cattolica,

hanno stabilito di comune accordo quanto segue:

Articolo 1

1. La Repubblica di Croazia, alla luce del principio della libertà religiosa, rispetta il diritto fondamentale dei genitori all’educazione religiosa dei figli e si impegna a garantire, nel quadro del piano e del programma scolastico e in conformità con la volontà dei genitori o dei tutori, l’insegnamento della religione cattolica in tutte le scuole pubbliche, elementari, medie e superiori e nei centri prescolastici, come materia obbligatoria per coloro che la scelgono, con le medesime condizioni delle altre materie obbligatorie.

2. Il sistema educativoformativo nei centri prescolastici e nelle scuole, inclusi i centri universitari, terrà in considerazione i valori dell’etica cristiana.

Articolo 2

1. Nel rispetto della libertà di coscienza e della responsabilità dei genitori per l’educazione dei loro figli, a tutti è garantito il diritto di avvalersi dell’insegnamento della religione.

2. In collaborazione con le competenti autorità della Chiesa, le autorità scolastiche daranno la possibilità ai genitori e agli alunni maggiorenni di avvalersi di tale insegnamento al momento della iscrizione nella scuola, di modo che la loro decisione non susciti alcuna forma di discriminazione nel campo dell’attività scolastica.

3. I genitori e gli alunni maggiorenni, i quali dovessero mutare la propria decisione di cui al paragrafo 1 di quest’Articolo, dovranno informarne per iscritto la scuola, prima dell’inizio del nuovo anno scolastico.

Articolo 3

1. L’insegnamento della religione sarà impartito da insegnanti qualificati, ritenuti idonei dall’autorità ecclesiastica, in possesso dei requisiti contemplati dalla legislazione della Repubblica di Croazia, attenendosi a tutti i diritti e doveri derivanti.

2. Gli insegnanti di religione devono avere il mandato canonico (missio canonica) rilasciato dal Vescovo diocesano. La revoca di tale mandato comporta la perdita immediata del diritto dell’insegnamento della religione cattolica.

3. Gli insegnanti di religione sono inseriti a tutti gli effetti nel corpo docente delle scuole elementari, medie e superiori, come pure nel corpo docente dei rispettivi centri prescolastici.

4. I programmi e le modalità di svolgimento dell’insegnamento della religione cattolica nelle scuole di ogni ordine e grado, saranno oggetto di particolari intese tra il Governo della Repubblica di Croazia e la Conferenza Episcopale Croata.

Articolo 4

D’intesa con le autorità scolastiche, le competenti autorità ecclesiastiche potranno organizzare nei centri educativoformativi altre attività complementari connesse con l’educazione e la cultura religiosa, utilizzando i locali e i sussidi pedagogici supplementari di tali istituti.

Articolo 5

La Chiesa cattolica può organizzare liberamente dei corsi e intraprendere delle attività di formazione spiritualereligiosa nelle istituzioni universitarie, d’intesa con le rispettive autorità universitarie.

Articolo 6

1. I programmi e i contenuti dell’insegnamento della religione cattolica nelle scuole di ogni ordine e grado, come anche i libri di testo e il materiale didattico, vengono redatti dalla Conferenza Episcopale Croata che li presenta ai competenti organi della Repubblica di Croazia per la loro integrazione nel programmi scolastici.

2. La Repubblica di Croazia assume le spese di redazione e di stampa dei libri di testo dell’insegnamento della religione e ne organizza la procedura editoriale, secondo le norme in uso per gli altri libri di testo scolastici.

Articolo 7

1. Le autorità competenti nel campo ecclesiastico e statale vigilano, secondo le proprie competenze, affinché l’insegnamento della religione e la formazione religiosa nei centri prescolastici e scolastici sia impartito, nei loro contenuti e criteri didattico metodologici, in conformità con le disposizioni delle rispettive legislazioni.

2. Per quanto riguarda i contenuti dell’insegnamento e della formazione religiosa, gli insegnanti di religione si atterranno alle norme e alle direttive ecclesiastiche; per il resto si conformeranno alla legislazione della Repubblica di Croazia e rispetteranno le norme disciplinari dei rispettivi centri di educazione.

Articolo 8

1. La Chiesa Cattolica ha il diritto di istituire e gestire scuole di qualunque grado e gli asili infantili, in conformità alle norme del Diritto Canonico e della legislazione della Repubblica di Croazia.

2. Nell’attuazione del piano e del programma delle materie fondamentali obbligatorie, come pure nel rilascio dei documenti ufficiali, le scuole cattoliche osserveranno le leggi della Repubblica di Croazia.

Articolo 9

Le scuole cattoliche parificate, i loro insegnanti, educatori e gli altri impiegati, come pure gli alunni e gli educandi godranno dei medesimi diritti e doveri dei loro omologhi delle scuole pubbliche ed avranno diritto a ricevere i sussidi finanziari previsti dalle rispettive leggi della Repubblica di Croazia.

Articolo 10

1. Lo statuto giuridico degli Istituti Cattolici Universitari e di Studi Superiori parificati così come il rispettivo riconoscimento dei titoli, dei gradi accademici e dei diplomi rilasciati, si reggono sulle leggi della Repubblica di Croazia. Una specifica intesa tra la medesima Repubblica e la Conferenza Episcopale Croata, previamente approvata dalla Santa Sede, ne regolerà l’applicazione.

2. La Repubblica di Croazia assicura i mezzi finanziari alla Facoltà Cattolica di Teologia presso la Università di Zagreb, ed agli Istituti Teologici affiliati di Dakovo, Makarska, Rijeka e Split.

3. Le competenti autorità ecclesiastiche possono erigere nuovi Istituti Cattolici Universitari e di Studi Superiori, i quali, previo accordo tra le competenti autorità della Chiesa e dello Stato, saranno parificati e sostenuti con adeguati mezzi finanziari dalla Repubblica di Croazia.

Articolo 11

1. Gli Istituti ecclesiastici per la formazione degli insegnanti di religione e degli altri operatori pastorali, eretti in conformità alle norme del Diritto canonico, sono Istituti parificati, in conformità alle rispettive leggi della Repubblica di Croazia.

2. La Repubblica di Croazia assicurerà i mezzi finanziari ai professori, educatori e al personale di tali Istituti, come è previsto dalle disposizioni legali della Repubblica di Croazia per gli Istituti Cattolici Universitari e di Studi Superiori parificati.

3. Parimenti, gli alunni degli Istituti di cui al paragrafo 1 di quest’Articolo, usufruiranno degli stessi diritti e doveri stabiliti per gli alunni degli Istituti Cattolici Universitari e di Studi Superiori parificati.

Articolo 12

1. A motivo del servizio che la Chiesa Cattolica presta alla società e nel rispetto della libertà religiosa, la Repubblica di Croazia permette alla Chiesa un adeguato accesso ai mezzi statali di comunicazione sociale, in particolare alla radio e alla televisione. Le particolarità al riguardo saranno accordate tra la Repubblica di Croazia e la Conferenza Episcopale Croata.

2. La Chiesa Cattolica ha il diritto di possedere anche i propri mezzi di comunicazione sociale, in conformità alle disposizioni ecclesiastiche ed alle leggi della Repubblica di Croazia.

3. Nel rispetto dei principi della libertà religiosa in una società pluralista, la Repubblica di Croazia veglierà con coerenza affinché nei mezzi di comunicazione sociale vengano rispettati i sentimenti dei cattolici, come pure i valori umani fondamentali, di ordine etico e religioso.

Articolo 13

1. Il. patrimonio culturale ed artistico della Chiesa Cattolica, come pure i numerosi documenti custoditi nei suoi archivi e nelle biblioteche ecclesiastiche, costituiscono una preziosa parte del patrimonio integrante l’eredità culturale croata. La Chiesa Cattolica desidera continuare a servire la società anche con il suo patrimonio culturale, permettendo a tutti gli interessati di conoscere tale ricchezza, di fruirne e di studiarla.

2. È necessaria la collaborazione tra la Chiesa e lo Stato per salvaguardare tale patrimonio, catalogarlo, assicurarne la protezione, permetterne un ulteriore incremento e renderlo accessibile ai cittadini, nei limiti richiesti dalla sua protezione e dalla tutela degli archivi.

3. A questi fini, sarà formata quanto prima una commissione mista di rappresentanti della Chiesa Cattolica e della Repubblica di Croazia.

4. La Repubblica di Croazia si impegna a contribuire materialmente, in modo sistematico, al restauro e alla salvaguardia dei monumenti del patrimonio culturale religioso e delle opere d’arte in possesso della Chiesa.

5. La Repubblica di Croazia s’impegna a restituire i registri ecclesiastici, le anagrafi, le cronache e gli altri libri, espropriati alla Chiesa in modo illegittimo durante il regime comunista, e tutt’ora in suo possesso.

Articolo 14

Le Alte Parti contraenti risolveranno di comune accordo eventuali divergenze tra di loro circa l’interpretazione o l’applicazione delle disposizioni del presente Accordo.

Articolo 15

1. Il presente Accordo sarà ratificato secondo le norme procedurali proprie delle Alte Parti contraenti ed entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

2. Nel caso che una delle Alte Parti contraenti consideri che siano radicalmente mutate le circostanze nelle quali si è stipulato il presente Accordo, così da ritenere necessario di modificarlo, si procederà al più presto alle opportune trattative per aggiornarlo.

Firmato a Zagabria, il l9 Dicembre 1996, in doppio originale, ciascuno in lingua croata e italiana; ambedue i testi sono ugualmente autentici.

+ Giulio Einaudi per la Santa Sede dr. Jure Radiç za Republiku Hrvatsku

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LA REPUBBLICA DI CROAZIA CIRCA L’ASSISTENZA RELIGIOSA AI FEDELI CATTOLICI, MEMBRI DELLE FORZE ARMATE E DELLA POLIZIA DELLA REPUBBLICA DI CROAZIA

La Santa Sede e la Repubblica di Croazia desiderando promuovere, in maniera stabile e conveniente, l’assistenza religiosa ai fedeli cattolici, membri delle Forze Armate e della Polizia della Repubblica di Croazia,

hanno stabilito di comune accordo quanto segue:

Articolo 1

1. La Santa Sede erigerà nella Repubblica di Croazia un Ordinariato Militare per l’assistenza religiosa ai fedeli cattolici, membri delle Forze Armate e della Polizia della Repubblica di Croazia.

2. L’Ordinariato Militare, canonicamente assimilato ad una diocesi secondo la Costituzione Apostolica Spirituali militum curæ, sarà retto da un Vescovo, Ordinario Militare. Egli avrà tutti i diritti e i doveri analoghi a quelli del Vescovo diocesano.

3. L’Ordinario Militare potrà contemporaneamente esercitare anche l’incarico di Vescovo diocesano.

4. La potestà di giurisdizione dell’Ordinario Militare è personale, ordinaria e propria, ma cumulativa con la giurisdizione dell’Ordinario del luogo.

5. L’Ordinario Militare è, di diritto, membro della Conferenza Episcopale Croata.

Articolo 2

L’Ordinario Militare sarà nominato liberamente dal Sommo Pontefice, previa notificazione al Governo croato.

Articolo 3

In conformità alle norme canoniche, l’Ordinario Militare sarà coadiuvato da un Vicario Generale scelto da lui stesso, nonché dai Cappellani Militari.

Articolo 4

1. Il presbiterio dell’Ordinariato Militare sarà formato da presbiteri diocesani e religiosi, destinati alla cura pastorale dell’Esercito e della Polizia, previa licenza del proprio Vescovo diocesano o del Superiore religioso.

2. I membri del clero secolare potranno essere incardinati nell’Ordinariato Militare, secondo le norme del Diritto Canonico.

3. I sacerdoti designati, in maniera stabile e con incarico principale, alla cura pastorale dell’Esercito croato e della Polizia croata, saranno chiamati Cappellani dell’Ordinariato Militare; essi godranno dei diritti e doveri canonici analoghi a quelli dei parroci o dei viceparroci.

4. Secondo le necessità, e d’intesa con il loro Vescovo o Superiore religioso, l’Ordinario Militare potrà richiedere sacerdoti e religiosi che avranno un incarico anche nell’Ordinariato Militare, per un servizio temporaneo o occasionale.

Articolo 5

Secondo le norme del Diritto Canonico, appartengono alla giurisdizione dell’Ordinariato Militare:

a) i militari e i membri della Polizia, come anche altri impiegati stabili delle Forze Armate e della Polizia della Repubblica di Croazia;

b) quanti compongono le loro famiglie, cioè coniugi e figli, anche maggiorenni, se coabitano con i genitori nella stessa casa, come anche i loro parenti ed altre persone che condividano la stessa abitazione;

c) i cadetti delle scuole militari e della Polizia, e coloro che prestano servizio presso gli istituti militari o di Polizia;

d) tutti i fedeli, uomini e donne, membri o meno di un Istituto religioso, che ricoprono stabilmente un ufficio loro affidato dall’Ordinario Militare o con suo consenso.

Articolo 6

1. Tutti coloro che svolgono servizio nell’ambito dell’Ordinariato Militare, come cappellani stabili o come sacerdoti di complemento, nell’esercizio della loro attività pastorale, pur mantenendo la loro condizione propria, si inseriranno nell’ambiente militare e usufruiranno delle strutture esistenti in seno alle Forze Armate della Repubblica di Croazia.

2. I Cappellani e tutti coloro che svolgono attività pastorale nell’Ordinariato Militare eserciteranno il loro servizio nel rispetto delle regole delle Autorità militari e di Polizia, secondo le norme canoniche e secondo le prescrizioni dell’Ordinario Militare.

3. Se qualche membro del Clero dell’Ordinariato Militare dovesse essere soggetto a sanzioni disciplinari di carattere militare, il Superiore gerarchico vi provvederà previo accordo con l’Ordinario Militare; mentre l’Ordinario Militare comunicherà eventuali sanzioni canoniche all’Autorità militare per i provvedimenti del caso.

Articolo 7

L’Ordinario Militare comunicherà liberamente con i cappellani e coloro che svolgono attività pastorale nell’Ordinariato Militare, invierà loro le opportune istruzioni sul servizio religioso, e richiederà loro periodiche relazioni sullo svolgimento del loro ufficio.

Articolo 8

L’Ordinariato Militare avrà sede in Zagreb.

Articolo 9

1. Il Ministero della Difesa e il Ministero degli Interni si prenderanno cura del sostentamento materiale del personale dell’Ordinariato Militare.

2. Il Ministero della Difesa e il Ministero degli Interni garantiranno le condizioni materiali necessarie per il funzionamento dell’Ordinariato Militare, in particolare una sede decorosa per l’Ordinario Militare e per la sua Curia, e adeguati luoghi di culto.

Articolo 10

Con successiva intesa tra il Governo della Repubblica di Croazia, rappresentato dai Ministeri competenti, e la Conferenza Episcopale Croata, sarà redatto un Regolamento relativo a questioni più particolareggiate, riguardanti il funzionamento dell’Ordinariato Militare.

Articolo 11

Se sorgesse qualche dubbio nell’interpretazione o nell’applicazione del presente Accordo, le Alte Parti contraenti cercheranno una giusta soluzione per mezzo di una mutua intesa.

Articolo 12

1. Il presente Accordo sarà ratificato secondo le norme legali proprie delle Alte Parti contraenti ed entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

2. Nel caso che una delle Alte Parti contraenti consideri che sono mutate radicalmente le circostanze nelle quali si è stipulato il presente Accordo, sarà dato inizio a trattative al fine di aggiornarlo.

Firmato a Zagabria, il 19 Dicembre 1996, in doppio originale, ciascuno in lingua croata e italiana; ambedue i testi sono ugualmente autentici.

+ Giulio Einaudi per la Santa Sede dr. Jure Radiç za Republiku Hrvatsku

Conventione inter Apostolicam Sedem et Croatiae Rem Publicam rata habita, die IX mensis Aprilis anno MCMXCVII ratihabitionis instrumenta accepta et reddita mutuo fuerunt in Civitate Vaticana; a quo die Conventio vigere coepit ad normam articuli XII eiusdem Pactionis.

# Germania

Accordo fra la Santa Sede e il Land SchleswigHolstein

Accordo fra il Land SchleswigHolstein

e la Santa Sede

Il Land SchleswigHolstein, rappresentato dal MinistroPresidente, Peter Harry Carstensen,

e la Santa Sede, rappresentata dal Nunzio Apostolico in Germania, Mons. Dott. JeanClaude Périsset, Arcivescovo titolare di Giustiniana prima,

 nel desiderio di consolidare e sviluppare le relazioni tra la Chiesa cattolica e il Land SchleswigHolstein nello spirito di mutua cooperazione nella libertà,

 nella consapevolezza dell’autonomia dello Stato e della Chiesa, nel reciproco rispetto del loro diritto di autodeterminazione e nella disponibilità alla collaborazione sulla base della posizione della Chiesa, garantita dalla Legge Fondamentale per la Repubblica Federale di Germania, in uno Stato di diritto fondato sulla libertà e sulla democrazia,

 nel rispetto della libertà religiosa sia del singolo che delle comunità religiose,

 nel desiderio di rispettare e salvaguardare la dignità umana e i diritti dell’uomo,

 nella persuasione che, nella società pluralista, la fede cristiana, la vita cristiana e l’azione caritativa danno nello stesso tempo

anche un contributo al bene comune come pure al rafforzamento del senso civico dei cittadini,

 nell’aspirazione di favorire in tal modo anche la costruzione pacifica di un’Europa che nel crescere si unisca sempre più strettamente,

 nella consapevolezza della responsabilità globale per il Creato e nell’impegno a favore di esso,

hanno concordato quanto segue:

Articolo 1 Libertà di fede

Il Land SchleswigHolstein garantisce la libertà di professare e praticare la fede cattolica e dà la protezione costituzionale e legale all’azione caritativa della Chiesa cattolica.

Articolo 2 Diritto di amministrazione autonoma

(1) La Chiesa cattolica regola e amministra i propri affari autonomamente nell’ambito delle leggi vigenti.

(2) La Chiesa cattolica è libera nella provvista dei propri uffici.

Articolo 3 Protezione della domenica e del giorno festivo

È garantita per legge la protezione delle domeniche, delle festività ecclesiastiche riconosciute dallo Stato e delle festività ecclesiastiche. La Chiesa cattolica e il Land SchleswigHolstein concordano nel ritenere che i tempi di riposo e di raccoglimento sono di primaria importanza anche per la società e per lo Stato.

Articolo 4 Collaborazione

(1) L’Arcivescovo di Amburgo e il Governo del Land SchleswigHolstein si incontrano regolarmente per il chiarimento di questioni e per l’approfondimento delle loro relazioni.

(2) A norma dell’articolo 10 dell’Accordo fra la Santa Sede e la Città Libera e Anseatica di Amburgo, il Land MeclemburgoPomerania Anteriore e il Land SchleswigHolstein sull’erezione dell’Arcidiocesi di Amburgo e della Provincia Ecclesiastica di Amburgo del 22 settembre 1994 , per la rappresentanza stabile dei propri interessi la Sede Arcivescovile di Amburgo mantiene presso la sede del Governo del Land SchleswigHolstein un ufficio regionale, la cui direzione è affidata ad un Incaricato Permanente dell’Arcivescovo.

(3) Il Governo del Land SchleswigHolstein informa l’Arcivescovo o il suo Incaricato tempestivamente dei suoi progetti di legislazione o di altro genere, che toccano direttamente gli interessi della Chiesa cattolica, e li consulta.

(4) Se il Governo del Land SchleswigHolstein trasferisce o ha già trasferito ad altri soggetti di diritto compiti che toccano il rapporto giuridico fra Chiesa e Stato, esso provvederà anche nei loro confronti, affinché i contenuti e le finalità del presente Accordo vengano rispettati. Il Land offre alla Chiesa cattolica in tempo utile la possibilità di esprimere il proprio parere circa i trasferimenti e circa gli accordi sulle finalità, sulle prestazioni e su altri aspetti.

Articolo 5 Insegnamento della religione

(1) A norma dell’articolo 7, comma 3, della Legge Fondamentale per la Repubblica Federale di Germania, l’insegnamento della religione cattolica è materia ordinaria nelle scuole pubbliche; esso viene impartito in conformità con i principi della Chiesa cattolica.

(2) L’insegnamento della religione cattolica da parte di docenti statali presuppone l’approvazione dell’Arcivescovo di Amburgo secondo le regolamentazioni ecclesiastiche circa il conferimento della missio canonica. Se l’insegnamento della religione cattolica nelle scuole pubbliche è impartito da docenti qualificati al servizio della Chiesa, il Land SchleswigHolstein rimborsa le spese nel quadro dei fondi a ciò assegnati attraverso il bilancio del Land.

(3) I particolari relativi al comma 1 e al comma 2, secondo periodo, vengono regolati mediante intesa con l’Arcivescovo di Amburgo.

(4) Per quanto concerne le prescrizioni amministrative richieste per l’attuazione dell’insegnamento, che riguardano l’insegnamento della religione cattolica, prima della loro emanazione da parte del governo del Land si deve raggiungere l’intesa con la Chiesa cattolica. I contenuti dei piani di studio e i libri di testo per l’insegnamento della religione cattolica necessitano dell’accordo con la Chiesa cattolica, a norma del comma 1, seconda proposizione.

(5) Fatto salvo il diritto statale di controllo, la Chiesa cattolica mantiene il diritto di ispezione sull’insegnamento della religione cattolica delle scuole pubbliche. Su proposta e di concerto con la Chiesa cattolica, il Land nomina insegnanti idonei per questo compito.

Articolo 6 Scuole cattoliche

Scuole in gestione della Chiesa cattolica vengono riconosciute e promosse nel quadro del diritto vigente.

Articolo 7 Formazione universitaria

(1) La Chiesa cattolica ha il diritto di avere istituzioni sue proprie a livello universitario. Il riconoscimento statale di dette istituzioni universitarie avviene in conformità con le disposizioni di legge.

(2) Il Land SchleswigHolstein continuerà a promuovere l’esistente formazione nella materia Teologia cattolica e sua didattica. Le Parti contraenti concordano i particolari in caso di bisogno. Qualora in un lasso di tempo di cinque anni non venga raggiunto un adeguato numero di studenti, si tratterà nuovamente circa il mantenimento dell’offerta di studio.

(3) Entrambe le Parti contraenti sono aperte a collaborazioni con i centri di formazione esistenti o ancora da erigere in altri Länder.

Articolo 8 Cura d’anime in istituzioni speciali

(1) In istituzioni pubbliche quali ospedali, istituzioni di cura, centri di formazione della polizia, istituti di prevenzione e pena, istituzioni di correzione e altre istituzioni del Land, il Land SchleswigHolstein garantisce alla Chiesa cattolica di esercitarvi l’attività pastorale. La Chiesa cattolica ha altresì il diritto di tenere celebrazioni liturgiche e manifestazioni religiose. L’Articolo 4, comma 4, vale in modo corrispondente.

(2) Per rendere possibile l’assistenza pastorale, l’istituzione notifica al competente ufficio ecclesiastico i nomi delle persone, che si dichiarano di fede cattolica ed hanno acconsentito alla notificazione.

(3) L’accesso a istituti di prevenzione e pena, a istituzioni di correzione o a istituzioni della polizia presuppone il consenso della competente autorità circa la persona dell’incaricato pastorale; tale consenso può essere rifiutato o revocato soltanto per un motivo importante. L’accesso

ad altre istituzioni pubbliche ha luogo di concerto con il gestore.

Articolo 9 Segreto dell’incaricato pastorale e della confessione

Il Land SchleswigHolstein rispetta il segreto dell’incaricato pastorale. Gli ecclesiastici, i loro assistenti e le persone che in preparazione alla professione partecipano all’attività professionale, hanno facoltà di rifiutare la propria testimonianza su quanto è stato loro confidato o è diventato noto nella confessione oppure nella loro attività pastorale. Il segreto della confessione viene garantito.

Articolo 10 Assistenza sociale gestita dalla Chiesa

(1) Nell’adempimento della loro missione, la Chiesa cattolica e le sue istituzioni svolgono compiti di assistenza sanitaria e sociale come anche di promozione della famiglia e di cura pastorale degli stranieri. A tal fine mantengono case di assistenza, ospedali, servizi e altre istituzioni.

(2) Nell’adempimento della loro missione, la Chiesa cattolica e le sue istituzioni svolgono compiti come gestori riconosciuti dell’assistenza non statale alla gioventù.

(3) Le istituzioni della Chiesa cattolica hanno diritto a sovvenzioni alle medesime condizioni delle altre istituzioni statali o non statali dell’assistenza sociale.

(4) Una precedenza nell’espletamento dei compiti, esistente a favore dei gestori non statali dell’assistenza sociale a norma della Costituzione o della legge, deve essere rispettata da tutti gli uffici pubblici.

Articolo 11 Radiotelevisione

(1) Il Land SchleswigHolstein si adopererà affinché gli enti radiotelevisivi di diritto pubblico e le emittenti radiotelevisive private concedano alla Chiesa cattolica congrui tempi di trasmissione sia per cerimonie liturgiche e per celebrazioni che per altri programmi religiosi, anche su questioni riguardanti la responsabilità pubblica della Chiesa.

(2) Rimane intatto il diritto della Chiesa cattolica di gestire a norma di legge radiotelevisioni e moderni mezzi di comunicazione propri o di partecipare ad emittenti radiotelevisive.

(3) Il Land SchleswigHolstein si adopererà per far sì che nella elaborazione dei programmi degli enti radiotelevisivi siano rispettati i valori etici, morali e religiosi e che la Chiesa cattolica sia rappresentata adeguatamente negli organi di sorveglianza degli enti radiotelevisivi.

Articolo 12 Enti giuridici ecclesiastici

(1) Il Land SchleswigHolstein riconosce il diritto della Chiesa cattolica di costituire persone giuridiche proprie.

(2) L’Arcidiocesi, la sede archiepiscopale e il capitolo metropolitano sono enti di diritto pubblico; il loro servizio è servizio pubblico di natura propria. Ciò vale egualmente sia per le parrocchie e simili comunità ecclesiastiche che per le associazioni da esse formate.

(3) Fondazioni ecclesiastiche della Chiesa cattolica sono tali, se vengono da essa erette o riconosciute come fondazioni ecclesiastiche. Fondazioni erette dalla Chiesa cattolica hanno capacità giuridica come

a) fondazione di diritto civile a norma del diritto statale o

b) fondazione di diritto pubblico, qualora abbiano la loro sede nel Land SchleswigHolstein e offrano, attraverso il loro statuto, garanzia di durata.

L’Arcivescovo di Amburgo esercita la sorveglianza sulle fondazioni ecclesiastiche di cui al secondo periodo. Ciò vale anche per le fondazioni di diritto civile con capacità giuridica, che sono riconosciute dalla Chiesa cattolica come fondazioni ecclesiastiche, quando all’erezione della fondazione il diritto di designazione per tutti gli organi della fondazione è attribuito in modo durevole e prevalente alla Chiesa cattolica e la fondazione è soggetta alla sorveglianza ecclesiastica. Quanto alle fondazioni di cui al secondo periodo, lettera a), e al quarto periodo, le autorizzazioni da parte dell’Arcivescovo di Amburgo per modifiche statutarie circa il fine e il raggiungimento del fine, per fusioni e incorporazioni come anche per scioglimenti necessitano del consenso dell’autorità statale per la sorveglianza delle fondazioni. Per le fondazioni di diritto civile con capacità giuridica, riconosciute come fondazioni ecclesiastiche e che in mancanza dei presupposti del quarto periodo sono soggette alla sorveglianza statale delle fondazioni, i provvedimenti dell’autorità statale per la sorveglianza delle fondazioni necessitano dell’accordo con l’Arcivescovo di Amburgo.

(4) L’Arcidiocesi notifica al Land le deliberazioni sull’erezione e sulla modifica delle persone giuridiche, riconosciute nella suddetta maniera, così come egualmente le prescrizioni di legge da essa emanate circa la loro rappresentanza giuridicopatrimoniale e la loro amministrazione.

(5) Enti, fondazioni e istituti di diritto pubblico della Chiesa cattolica sono di pubblica utilità a norma delle leggi. Circa la pubblica utilità decide, in caso di dubbio, l’ufficio fiscale.

Articolo 13 Diritto di proprietà ecclesiastica

(1) Alla Chiesa cattolica, alle sue parrocchie e simili comunità ecclesiastiche, istituti e fondazioni e ulteriori gestori patrimoniali con capacità giuridica, il Land SchleswigHolstein garantisce la proprietà e altri diritti a norma dell’articolo 140 della Legge Fondamentale per la Repubblica Federale di Germania in connessione con l’articolo 138, capoverso 2, della Costituzione del Reich Germanico dell’1 1 agosto 1919.

(2) Nell’applicazione di prescrizioni relative al diritto di esproprio il Land SchleswigHolstein terrà conto degli interessi della Chiesa cattolica, e nell’eventualità di un intervento presterà aiuto per la ricerca di terreni sostitutivi di uguale valore.

(3) Le Parti contraenti terranno conto in modo adeguato del bisogno, di ciascuna di esse, di terreni e di diritti equiparati a terreni.

Articolo 14 Cura dei monumenti

La Chiesa cattolica e il Land SchleswigHolstein hanno insieme la responsabilità per la salvaguardia e la conservazione dei monumenti ecclesiastici. Monumenti ecclesiastici ai sensi del presente Accordo sono monumenti con funzione cultuale (res sacrae) così come i complessi da essi caratterizzati. La Chiesa cattolica dedicherà la sua particolare attenzione alla conservazione e alla cura dei monumenti ecclesiastici. Essa intraprenderà riparazioni, modifiche, distruzioni e vendite solo di concerto con gli uffici statali preposti alla cura dei monumenti. Essa si adopererà affinché le parrocchie e simili comunità ecclesiastiche e le persone giuridiche soggette alla sorveglianza arcivescovile agiscano in tal senso. Peraltro, le prescrizioni della legge sulla salvaguardia dei monumenti trovano applicazione anche nell’ambito ecclesiastico, qualora l’Arcivescovo di Amburgo non emani proprie prescrizioni di concerto con il Land SchleswigHolstein.

Articolo 15 Cimiteri ecclesiastici

(1) I cimiteri della Chiesa cattolica sottostanno alla medesima protezione concessa ai cimiteri comunali e agli altri cimiteri pubblici. I provvedimenti statali riguardanti i cimiteri ecclesiastici vengono concordati con la Chiesa cattolica. Il secondo periodo non vale per i provvedimenti di polizia; questi devono essere presi di concerto con la Chiesa cattolica.

(2) La Chiesa cattolica ha il diritto, nel quadro della legislazione vigente, di istituire nuovi cimiteri, ed eventualmente di ampliare quelli esistenti, di trasformarli come anche di gestirli e di chiuderli. Al riguardo, l’Arcidiocesi si accorda nel singolo caso con la competente autorità.

(3) I gestori di cimiteri della Chiesa cattolica possono emanare propri regolamenti per l’uso e per le tariffe e renderli pubblici. Le tariffe cimiteriali vengono, su richiesta, riscosse con procedimento amministrativo di esecuzione forzata. Il Land SchleswigHolstein stabilisce l’autorità competente per l’esazione.

(4) Nella sepoltura hanno la precedenza, nel quadro del diritto vigente, i membri defunti della Chiesa cattolica del comune.

(5) La Chiesa cattolica ha il diritto di tenere cerimonie di sepoltura e altre celebrazioni liturgiche nei cimiteri comunali e in altri cimiteri pubblici.

Articolo 16 Imposta ecclesiastica

(1) La Chiesa cattolica ha il diritto di riscuotere, a norma di legge, dai propri membri imposte ecclesiastiche.

(2) Le leggi e i regolamenti ecclesiastici sulle imposte ecclesiastiche necessitano del riconoscimento da parte dello Stato. Questo può essere loro rifiutato se essi non sono in armonia con le disposizioni fiscali statali.

(3) Le imposte ecclesiastiche vengono amministrate dagli uffici fiscali a norma di legge. La Chiesa cattolica rimborsa al Land le spese derivanti dall’amministrazione delle imposte ecclesiastiche. Questo indennizzo è fissato, in linea di massima, nell’ordine di una porzione del gettito delle imposte ecclesiastiche.

(4) L’obbligo di terzi, di riscuotere e versare l’imposta ecclesiastica, si conforma alle disposizioni di legge del Land.

(5) I comuni o le associazioni di comuni possono assumere l’amministrazione delle imposte ecclesiastiche riscosse in loco attraverso intesa con gli uffici ecclesiastici dietro rimborso dei costi che ne derivano.

(6) Se la Chiesa cattolica stessa amministra le imposte ecclesiastiche, queste, su richiesta della Chiesa cattolica, possono essere riscosse in modo coattivo dagli uffici fiscali e, nel caso delle imposte ecclesiastiche, riscosse in loco, dai comuni o dalle associazioni di comuni.

(7) Gli uffici fiscali e i comuni o associazioni di comuni danno ai competenti uffici ecclesiastici, nel quadro del diritto vigente, informazioni su tutte le questioni relative alle imposte ecclesiastiche. Gli uffici ecclesiastici mantengono il segreto fiscale.

Articolo 17 Esenzione da tributi

Le esenzioni da tasse, basate sulla legislazione del Land e previste a favore del Land stesso e dei comuni, valgono anche per la Chiesa cattolica, per le sue parrocchie e simili comunità ecclesiastiche e per le associazioni da esse formate, per gli istituti e per le fondazioni.

Articolo 18 Offerte e collette

La Chiesa cattolica e le sue istituzioni hanno il diritto di raccogliere, presso i propri membri e in pubblico, donazioni volontarie destinate ai propri fini.

Articolo 19 Contributi statali

(1) Il Land SchleswigHolstein continua a versare come finora, a saldo dei diritti dell’Arcidiocesi di Amburgo a prestazioni finanziarie statali secondo l’articolo 4, capoversi 1 e 3, della Solenne Convenzione fra la Santa Sede e la Prussia del 14 giugno 1929, una somma complessiva annuale come contributo statale. Il contributo statale ammonta, nell’anno 2008, complessivamente a 190.000 € (in parole: centonovantamila EURO). Se cambia la retribuzione delle funzionarie e dei funzionari a servizio del Land, cambia in modo corrispondente il contributo statale.

(2) Per un’indennità a norma dell’articolo 140 della Legge Fondamentale per la Repubblica Federale di Germania in connessione con l’articolo 138, capoverso 1, della Costituzione del Reich Germanico dell’11 agosto 1919 rimane vincolante la situazione giuridica finora esistente. Il Land SchleswigHolstein non effettuerà un’indennità senza il consenso della Chiesa cattolica.

Articolo 20 Dati anagrafici

Alla Chiesa cattolica vengono trasmessi gratuitamente, a sostegno di una sua propria anagrafe nei termini delle prescrizioni di legge, i dati anagrafici necessari per l’espletamento dei suoi compiti.

Articolo 21 Parità

Se il Land SchleswigHolstein concede ad altre comunità religiose prestazioni e diritti superiori a quanto previsto dal presente Accordo, le Parti contraenti esamineranno insieme se in virtù del principio di parità siano opportune modifiche del presente Accordo.

Articolo 22 Clausola della composizione amichevole

Le Parti contraenti elimineranno in via amichevole le divergenze d’opinione, che sorgessero eventualmente fra di esse in avvenire circa l’interpretazione o l’applicazione del presente Accordo.

Articolo 23 Vigenza di altri Accordi

Restano intatti il Concordato fra la Santa Sede ed il Reich Germanico del 20 luglio 1933, la Solenne Convenzione fra la Santa Sede e la Prussia del 14 giugno 1929 e l’Accordo fra la Santa Sede e la Città Libera e Anseatica di Amburgo, il Land MeclemburgoPomerania Anteriore e il Land SchleswigHolstein sull’erezione dell’Arcidiocesi e della Provincia Ecclesiastica di Amburgo del 22 settembre 1994 .

Articolo 24 Entrata in vigore

(1) Il presente Accordo necessita di ratifica. Gli strumenti di ratifica saranno scambiati quanto prima. L’Accordo entra in vigore il giorno successivo allo scambio degli strumenti di ratifica

(2) Con l’entrata in vigore del presente Accordo cessano di vigere le norme che sono contrarie alle sue disposizioni.

La presente convenzione è stata sottoscritta il 12 gennaio 2009 a Kiel in doppio originale, ciascuno in lingua tedesca e italiana, i cui testi fanno ugualmente fede.

Für das Land SchleswigHolstein Peter Harry Carstensen Ministerpräsident

Für den Heiligen Stuhl Erzbischof Dr. JeanClaude Périsset Apostolischer Nuntius in Deutschland

# ITALIA

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LA REPUBBLICA ITALIANA CHE APPORTA MODIFICAZIONI AL CONCORDATO LATERANENSE

La Santa Sede e la Repubblica Italiana

tenuto conto del processo di trasformazione politica e sociale verificatosi in Italia negli ultimi decenni e degli sviluppi promossi nella Chiesa dal Concilio Vaticano II;

avendo presenti, da parte della Repubblica italiana, i principi sanciti dalla sua Costituzione, e, da parte della Santa Sede, le dichiarazioni del Concilio Ecumenico Vaticano II circa la libertà religiosa e i rapporti fra la Chiesa e la comunità politica, nonché la nuova codificazione del diritto canonico;

considerato inoltre che, in forza del secondo comma dell’art. 7 della Costituzione della Repubblica italiana, i rapporti tra lo Stato e la Chiesa cattolica sono regolati dai Patti lateranensi, i quali per altro possono essere modificati di comune accordo dalle due Parti senza che ciò richieda procedimenti di revisione costituzionale;

hanno riconosciuto l’opportunità di addivenire alle seguenti modificazioni consensuali del Concordato lateranense:

Art. 1

La Repubblica italiana e la Santa Sede riaffermano che lo Stato e la Chiesa cattolica sono, ciascuno nel proprio ordine, indipendenti e sovrani, impegnandosi al pieno rispetto di tale principio nei loro rapporti ed alla reciproca collaborazione per la promozione dell’uomo e il bene del Paese.

Art. 2

 1. La Repubblica italiana riconosce alla Chiesa cattolica la piena libertà di svolgere la sua missione pastorale, educativa e caritativa, di evangelizzazione e di santificazione. In particolare è assicurata alla Chiesa la libertà di organizzazione, di pubblico esercizio del culto, di esercizio del magistero e del ministero spirituale nonché della giurisdizione in materia ecclesiastica.

 2. È ugualmente assicurata la reciproca libertà di comunicazione e di corrispondenza fra la Santa Sede, la Conferenza Episcopale Italiana, le Conferenze Episcopali regionali, i Vescovi, il clero e i fedeli, così come la libertà di pubblicazione e diffusione degli atti e documenti relativi alla missione della Chiesa.

 3. È garantita ai cattolici e alle loro associazioni e organizzazioni la piena libertà di riunione e di manifestazione del pensiero con la parola, lo scritto e ogni altro mezzo di diffusione.

 4. La Repubblica italiana riconosce il particolare significato che Roma, sede vescovile del Sommo Pontefice, ha per la cattolicità.

Art. 3

 1. La circoscrizione delle diocesi e delle parrocchie è liberamente determinata dall’autorità ecclesiastica. La Santa Sede si impegna a non includere alcuna parte del territorio italiano in una diocesi la cui sede vescovile si trovi nel territorio di un altro Stato.

 2. La nomina dei titolari di uffici ecclesiastici è liberamente effettuata dall’autorità ecclesiastica. Quest’ultima dà comunicazione alle competenti autorità civili della nomina degli Arcivescovi e Vescovi diocesani, dei Coadiutori, degli Abati e Prelati con giurisdizione territoriale, così come dei Parroci e dei titolari degli altri uffici ecclesiastici rilevanti per l’ordinamento dello Stato .

 3. Salvo che per la diocesi di Roma e per quelle suburbicarie, non saranno nominati agli uffici di cui al presente articolo ecclesiastici che non siano cittadini italiani.

Art. 4

 1. I sacerdoti, i diaconi ed i religiosi che hanno emesso i voti hanno facoltà di ottenere, a loro richiesta, di essere esonerati dal servizio militare oppure assegnati al servizio civile sostitutivo.

 2. In caso di mobilitazione generale gli ecclesiastici non assegnati alla cura d’anime sono chiamati ad esercitare il ministero religioso tra le truppe, oppure, subordinatamente, assegnati ai servizi sanitari.

 3. Gli studenti di teologia, quelli degli ultimi due anni di propedeutica alla teologia ed i novizi degli istituti di vita consacrata e delle società di vita apostolica possono usufruire degli stessi rinvii dal servizio militare accordati agli studenti delle università italiane.

 4. Gli ecclesiastici non sono tenuti a dare a magistrati o ad altra autorità informazioni su persone o materie di cui siano venuti a conoscenza per ragione del loro ministero.

Art. 5

 1. Gli edifici aperti al culto non possono essere requisiti, occupati, espropriati o demoliti se non per gravi ragioni e previo accordo con la competente autorità ecclesiastica.

 2. Salvo i casi di urgente necessità, la forza pubblica non potrà entrare, per l’esercizio delle sue funzioni, negli edifici aperti al culto, senza averne dato previo avviso all’autorità ecclesiastica.

 3. L’autorità civile terrà conto delle esigenze religiose delle popolazioni, fatte presenti dalla competente autorità ecclesiastica, per quanto concerne la costruzione di nuovi edifici di culto cattolico e delle pertinenti opere parrocchiali.

Art. 6

La Repubblica italiana riconosce come giorni festivi tutte le domeniche e le altre festività religiose determinate d’intesa tra le Parti .

Art. 7

 1. La Repubblica italiana, richiamandosi al principio enunciato dall’art. 20 della Costituzione, riafferma che il carattere ecclesiastico e il fine di religione o di culto di una associazione o istituzione non possono essere causa di speciali limitazioni legislative, né di speciali gravami fiscali per la sua costituzione, capacità giuridica e ogni forma di attività.

 2. Ferma restando la personalità giuridica degli enti ecclesiastici che ne sono attualmente provvisti, la Repubblica italiana, su domanda dell’autorità ecclesiastica o con il suo assenso, continuerà a riconoscere la personalità giuridica degli enti ecclesiastici aventi sede in Italia, eretti o approvati secondo le norme del diritto canonico, i quali abbiano finalità di religione o di culto. Analogamente si procederà per il riconoscimento agli effetti civili di ogni mutamento sostanziale degli enti medesimi .

 3. Agli effetti tributari gli enti ecclesiastici aventi fine di religione o di culto, come pure le attività dirette a tali scopi, sono equiparati a quelli aventi fine di beneficenza o di istruzione.

 Le attività diverse da quelle di religione o di culto, svolte dagli enti ecclesiastici, sono soggette, nel rispetto della struttura e della finalità di tali enti, alle leggi dello Stato concernenti tali attività e al regime tributario previsto per le medesime.

 4. Gli edifici aperti al culto, le pubblicazioni di atti, le affissioni all’interno o all’ingresso degli edifici di culto o ecclesiastici, e le collette effettuate nei predetti edifici, continueranno ad essere soggetti al regime vigente.

 5. L’amministrazione dei beni appartenenti agli enti ecclesiastici è soggetta ai controlli previsti dal diritto canonico. Gli acquisti di questi enti sono però soggetti anche ai controlli previsti dalle leggi italiane per gli acquisti delle persone giuridiche .

 6. All’atto della firma del presente Accordo, le Parti istituiscono una Commissione paritetica per la formulazione delle norme da sottoporre alla loro approvazione per la disciplina di tutta la materia degli enti e beni ecclesiastici e per la revisione degli impegni finanziari dello Stato italiano e degli interventi del medesimo nella gestione patrimoniale degli enti ecclesiastici.

In via transitoria e fino all’entrata in vigore della nuova disciplina restano applicabili gli articoli 17, comma terzo, 18, 27, 29 e 30 del precedente testo concordatario.

Art. 8

 1. Sono riconosciuti gli effetti civili ai matrimoni contratti secondo le norme del diritto canonico, a condizione che l’atto relativo sia trascritto nei registri dello stato civile, previe pubblicazioni nella casa comunale. Subito dopo la celebrazione, il parroco o il suo delegato spiegherà ai contraenti gli effetti civili del matrimonio, dando lettura degli articoli del codice civile riguardanti i diritti e i doveri dei coniugi, e redigerà quindi, in doppio originale, l’atto di matrimonio, nel quale potranno essere inserite le dichiarazioni dei coniugi consentite secondo la legge civile.

La Santa Sede prende atto che la trascrizione non potrà avere luogo:

 a) quando gli sposi non rispondano ai requisiti della legge civile circa l’età richiesta per la celebrazione;

 b) quando sussiste fra gli sposi un impedimento che la legge civile considera inderogabile.

La trascrizione è tuttavia ammessa quando, secondo la legge civile, l’azione di nullità o di annullamento non potrebbe essere più proposta.

La richiesta di trascrizione è fatta, per iscritto, dal parroco del luogo dove il matrimonio è stato celebrato, non oltre i cinque giorni dalla celebrazione. L’ufficiale dello stato civile, ove sussistano le condizioni per la trascrizione, la effettua entro ventiquattro ore dal ricevimento dell’atto e ne dà notizia al parroco.

Il matrimonio ha effetti civili dal momento della celebrazione, anche se l’ufficiale dello stato civile, per qualsiasi ragione, abbia effettuato la trascrizione oltre il termine prescritto.

La trascrizione può essere effettuata anche posteriormente su richiesta dei due contraenti, o anche di uno di essi, con la conoscenza e senza l’opposizione dell’altro, sempre che entrambi abbiano conservato ininterrottamente lo stato libero dal momento della celebrazione a quello della richiesta di trascrizione, e senza pregiudizio dei diritti legittimamente acquisiti dai terzi.

 2. Le sentenze di nullità di matrimonio pronunciate dai tribunali ecclesiastici, che siano munite del decreto di esecutività del superiore organo ecclesiastico di controllo, sono, su domanda delle parti o di una di esse, dichiarate efficaci nella Repubblica italiana con sentenza della corte d’appello competente, quando questa accerti:

 a) che il giudice ecclesiastico era il giudice competente a conoscere della causa in quanto matrimonio celebrato in conformità del presente articolo ;

 b) che nel procedimento davanti ai tribunali ecclesiastici è stato assicurato alle parti il diritto di agire e di resistere in giudizio in modo non difforme dai principi fondamentali dell’ordinamento italiano;

 c) che ricorrono le altre condizioni richieste dalla legislazione italiana per la dichiarazione di efficacia delle sentenze straniere .

La corte d’appello potrà, nella sentenza intesa a rendere esecutiva una sentenza canonica, statuire provvedimenti economici provvisori a favore di uno dei coniugi il cui matrimonio sia stato dichiarato nullo, rimandando le parti al giudice competente per la decisione sulla materia.

 3. Nell’accedere al presente regolamento della materia matrimoniale la Santa Sede sente l’esigenza di riaffermare il valore immutato della dottrina cattolica sul matrimonio e la sollecitudine della Chiesa per la dignità ed i valori della famiglia, fondamento della società.

Art. 9

 1. La Repubblica italiana, in conformità al principio della libertà della scuola e dell’insegnamento e nei termini previsti dalla propria Costituzione, garantisce alla Chiesa cattolica il diritto di istituire liberamente scuole di ogni ordine e grado e istituti di educazione.

A tali scuole che ottengano la parità è assicurata piena libertà, ed ai loro alunni un trattamento scolastico equipollente a quello degli alunni delle scuole dello Stato e degli altri enti territoriali, anche per quanto concerne l’esame di Stato.

 2. La Repubblica italiana, riconoscendo il valore della cultura religiosa e tenendo conto che i principi del cattolicesimo fanno parte del patrimonio storico del popolo italiano, continuerà ad assicurare, nel quadro delle finalità della scuola, l’insegnamento della religione cattolica nelle scuole pubbliche non universitarie di ogni ordine e grado.

Nel rispetto della libertà di coscienza e della responsabilità educativa dei genitori, è garantito a ciascuno il diritto di scegliere se avvalersi o non avvalersi di detto insegnamento.

All’atto dell’iscrizione gli studenti o i loro genitori eserciteranno tale diritto, su richiesta dell’autorità scolastica, senza che la loro scelta possa dar luogo ad alcuna forma di discriminazione .

Art. 10

 1. Gli istituti universitari, i seminari, le accademie, i collegi e gli altri istituti per ecclesiastici e religiosi o per la formazione nelle discipline ecclesiastiche, istituiti secondo il diritto canonico, continueranno a dipendere unicamente dall’autorità ecclesiastica.

 2. I titoli accademici in teologia e nelle altre discipline ecclesiastiche, determinate d’accordo tra le Parti, conferiti dalle Facoltà approvate dalla Santa Sede, sono riconosciuti dallo Stato .

Sono parimenti riconosciuti i diplomi conseguiti nelle Scuole vaticane di paleografia, diplomatica e archivistica e di biblioteconomia.

 3. Le nomine dei docenti dell’Università Cattolica del Sacro Cuore e dei dipendenti istituti sono subordinate al gradimento, sotto il profilo religioso, della competente autorità ecclesiastica.

Art. 11

 1. La Repubblica italiana assicura che l’appartenenza alle forze armate, alla polizia , o ad altri servizi assimilati, la degenza in ospedali, case di cura o di assistenza pubbliche, la permanenza negli istituti di prevenzione e pena non possono dar luogo ad alcun impedimento nell’esercizio della libertà religiosa e nell’adempimento delle pratiche di culto dei cattolici.

 2. L’assistenza spirituale ai medesimi è assicurata da ecclesiastici nominati dalle autorità italiane competenti su designazione dell’autorità ecclesiastica e secondo lo stato giuridico, l’organico e le modalità stabiliti d’intesa fra tali autorità.

Art. 12

 1. La Santa Sede e la Repubblica italiana, nel rispettivo ordine, collaborano per la tutela del patrimonio storico ed artistico.

Al fine di armonizzare l’applicazione della legge italiana con le esigenze di carattere religioso, gli organi competenti delle due Parti concorderanno opportune disposizioni per la salvaguardia, la valorizzazione e il godimento dei beni culturali d’interesse religioso appartenenti ad enti e istituzioni ecclesiastiche .

La conservazione e la consultazione degli archivi d’interesse storico e delle biblioteche dei medesimi enti e istituzioni saranno favorite e agevolate sulla base di intese tra i competenti organi delle due Parti.

 2. La Santa Sede conserva la disponibilità delle catacombe cristiane esistenti nel suolo di Roma e nelle altre parti del territorio italiano con l’onere conseguente della custodia, della manutenzione e della conservazione, rinunciando alla disponibilità delle altre catacombe.

Con l’osservanza delle leggi dello Stato e fatti salvi gli eventuali diritti di terzi, la Santa Sede può procedere agli scavi occorrenti ed al trasferimento delle sacre reliquie.

Art. 13

 1. Le disposizioni precedenti costituiscono modificazioni del Concordato lateranense accettate dalle due Parti, ed entreranno in vigore alla data dello scambio degli strumenti di ratifica. Salvo quanto previsto dall’art. 7, n. 6, le disposizioni del Concordato stesso non riprodotte nel presente testo sono abrogate.

 2. Ulteriori materie per le quali si manifesti l’esigenza di collaborazione tra la Chiesa cattolica e lo Stato potranno essere regolate sia con nuovi accordi tra le due Parti sia con intese tra le competenti autorità dello Stato e la Conferenza Episcopale Italiana.

Art. 14

 Se in avvenire sorgessero difficoltà di interpretazione o di applicazione delle disposizioni precedenti, la Santa Sede e la Repubblica italiana affideranno la ricerca di un’amichevole soluzione ad una Commissione paritetica da loro nominata.

Roma, diciotto febbraio millenovecentottantaquattro.

+ AGOSTINO Card. CASAROLI B. CRAXI

PROTOCOLLO ADDIZIONALE

Al momento della firma dell’Accordo che apporta modificazioni al Concordato lateranense la Santa Sede e la Repubblica italiana, desiderose di assicurare con opportune precisazioni la migliore applicazione dei Patti lateranensi e delle convenute modificazioni, e di evitare ogni difficoltà di interpretazione, dichiarano di comune intesa:

1. In relazione all’Art. 1

Si considera non più in vigore il principio, originariamente richiamato dai Patti lateranensi, della religione cattolica come sola religione dello Stato italiano.

2. In relazione all’Art. 4

a) Con riferimento al n. 2, si considerano in cura d’anime gli Ordinari, i parroci, i vicari parrocchiali, i rettori di chiese aperte al culto ed i sacerdoti stabilmente addetti ai servizi di assistenza spirituale di cui all’art. 11.

b) La Repubblica italiana assicura che l’autorità giudiziaria darà comunicazione all’autorità ecclesiastica competente per territorio dei procedimenti penali promossi a carico di ecclesiastici.

c) La Santa Sede prende occasione dalla modificazione del Concordato lateranense per dichiararsi d’accordo, senza pregiudizio dell’ordinamento canonico, con l’interpretazione che lo Stato italiano dà dell’art. 23, secondo comma, del Trattato lateranense, secondo la quale gli effetti civili delle sentenze e dei provvedimenti emanati da autorità ecclesiastiche, previsti da tale disposizione, vanno intesi in armonia con i diritti costituzionalmente garantiti ai cittadini italiani.

3. In relazione all’Art. 7

a) La Repubblica italiana assicura che resterà escluso l’obbligo per gli enti ecclesiastici di procedere alla conversione di beni immobili, salvo accordi presi di volta in volta tra le competenti autorità governative ed ecclesiastiche, qualora ricorrano particolari ragioni.

b) La Commissione paritetica, di cui al n. 6, dovrà terminare i suoi lavori entro e non oltre sei mesi dalla firma del presente Accordo.

4. In relazione all’Art. 8

a) Ai fini dell’applicazione del n. 1, lett. b), si intendono come impedimenti inderogabili della legge civile:

 1 ) l’essere uno dei contraenti interdetto per infermità di mente;

 2) la sussistenza tra gli sposi di altro matrimonio valido agli effetti civili;

 3) gli impedimenti derivanti da delitto o da affinità in linea retta.

 b) Con riferimento al n. 2, ai fini dell’applicazione degli articoli 796 e 797 del codice italiano di procedura civile, si dovrà tener conto della specificità dell’ordinamento canonico dal quale è regolato il vincolo matrimoniale, che in esso ha avuto origine. In particolare,

 1) si dovrà tener conto che i richiami fatti dalla legge italiana alla legge del luogo in cui si è svolto il giudizio si intendono fatti al diritto canonico;

 2) si considera sentenza passata in giudicato la sentenza che sia divenuta esecutiva secondo il diritto canonico;

 3) si intende che in ogni caso non si procederà al riesame del merito.

 c) Le disposizioni del n. 2 si applicano anche ai matrimoni celebrati, prima dell’entrata in vigore del presente Accordo, in conformità alle norme dell’art. 34 del Concordato lateranense e della legge 27 maggio 1929, n. 847, per i quali non sia stato iniziato il procedimento dinanzi all’autorità giudiziaria civile, previsto dalle norme stesse.

5. In relazione all’Art. 9

a) L’insegnamento della religione cattolica nelle scuole indicate al n. 2 è impartito in conformità alla dottrina della Chiesa e nel rispetto della libertà di coscienza degli alunni da insegnanti che siano riconosciuti idonei dall’autorità ecclesiastica, nominati, d’intesa con essa, dall’autorità scolastica.

Nelle scuole materne ed elementari detto insegnamento può essere impartito dall’insegnante di classe, riconosciuto idoneo dall’autorità ecclesiastica, che sia disposto a svolgerlo.

b) Con successiva intesa tra le competenti autorità scolastiche e la Conferenza Episcopale Italiana verranno determinati:

 1) i programmi dell’insegnamento della religione cattolica per i diversi ordini e gradi delle scuole pubbliche;

 2) le modalità di organizzazione di tale insegnamento, anche in relazione alla collocazione nel quadro degli orari delle lezioni;

 3) i criteri per la scelta dei libri di testo;

 4) i profili della qualificazione professionale degli insegnanti .

c) Le disposizioni di tale articolo non pregiudicano il regime vigente nelle regioni di confine nelle quali la materia è disciplinata da norme particolari.

6. In relazione all’Art. 10

La Repubblica italiana, nell’interpretazione del n. 3 che non innova l’art. 38 del Concordato dell’11 febbraio 1929 si atterrà alla sentenza 195/1972 della Corte Costituzionale relativa al medesimo articolo.

7. In relazione all’Art. 13 n. 1

Le Parti procederanno ad opportune consultazioni per l’attuazione, nel rispettivo ordine, delle disposizioni del presente Accordo.

Il presente Protocollo addizionale fa parte integrante dell’Accordo che apporta modificazioni al Concordato lateranense contestualmente firmato tra la Santa Sede e la Repubblica italiana.

Roma, diciotto febbraio millenovecentottantaquattro.

+ Agostino Card. Casaroli B. Craxi

**Protocollo** di approvazione delle norme per la disciplina della materia di cui all’art. 7 n. 6 dell’Accordo tra la Santa Sede e la Repubblica italiana che apporta modificazioni al Concordato lateranense

Il Cardinale Segretario di Stato e Prefetto del Consiglio per gli Affari Pubblici della Chiesa, Sua Eminenza Reverendissima il Signor Cardinale Agostino Casaroli, e

il Presidente del Consiglio dei Ministri della Repubblica Italiana, Onorevole Bettino Craxi,

esaminate le norme formulate dalla Commissione paritetica, istituita a norma dell’art. 7 n. 6 dell’Accordo tra la Santa Sede e la Repubblica Italiana del 18 febbraio 1984, e sottoposte all’approvazione delle Alte Parti in data 8 agosto dello stesso anno,

preso atto che le norme predette rientrano nell’ambito del mandato conferito alla Commissione paritetica,

considerato che le medesime norme sono rispondenti ai principi ed ai criteri enunciati nel preambolo dell’Accordo del 18 febbraio 1984 e sono idonee a modificare gli articoli 17 comma 3, 18, 27, 29 e 30 del testo concordatario dell’11 febbraio 1929 e le relative disposizioni applicative,

tenuto conto di quanto concordato con lo scambio di lettere tra loro intercorso in data odierna (allegato I), con particolare riguardo alle modificazioni relative agli articoli 46, 47, 50 e 51 delle predette norme,

convengono, a nome rispettivamente della Santa Sede e della Repubblica Italiana, su quanto segue:

Art. 1 Le norme presentate alle Alte Parti dalla Commissione paritetica per gli enti ecclesiastici, istituita a norma dell’art. 7 n. 6 dell’Accordo tra la Santa Sede e l’Italia del 18 febbraio 1984, sono approvate nella formulazione del testo firmato dalla Commissione paritetica in data 8 agosto 1984, con le modifiche concordate con le lettere di cui all’allegato I.

Art. 2 Resta inteso che tali norme non concernono la condizione giuridica della Santa Sede e dei suoi organi.

Art. 3 Resta inoltre inteso che sono applicabili alle materie disciplinate dalle norme predette le disposizioni degli art. 13, n. 2 e 14 dell’Accordo 18 febbraio 1984.

Art. 4 Le Parti daranno piena ed intera esecuzione al presente Protocollo emanando, con gli strumenti giuridici propri dei rispettivi ordinamenti, le norme approvate in data odierna.

Art. 5 Il presente Protocollo e le norme predette entreranno in vigore alla data dello scambio degli strumenti di ratifica dell’Accordo del 18 febbraio 1984 e del Protocollo medesimo.

Roma, 15 novembre 1984.

+ Agostino Card. Casaroli B. Craxi

ALLEGATO

# Filippine

Conventio inter Apostolicam Sedem et Philippinarum Rempublicam de cura bonorum culturae Catholicae Ecclesiae

Accordo tra la Santa Sede

e la Repubblica delle Filippine

sui Beni Culturali della Chiesa Cattolica

La Santa Sede e la Repubblica delle Filippine,

avendo presenti, da parte della Santa Sede, le dichiarazioni del Concilio Vaticano II circa la libertà religiosa e i rapporti fra la Chiesa e la comunità politica, nonché le norme del Diritto Canonico e, da parte della Repubblica delle Filippine, i principi della sua Costituzione e le sue leggi;

tenuto conto che i beni culturali della Chiesa cattolica nelle Filippine costituiscono una parte di grande rilevanza del patrimonio culturale della Nazione;

ritenendo conveniente una stretta collaborazione tra la Chiesa e lo Stato nell'ambito dei beni culturali ecclesiastici,

hanno convenuto quanto segue:

ARTICOLO I La Santa Sede e la Repubblica delle Filippine, ciascuna nel rispettivo ordine, si impegnano a collaborare per la tutela dei beni culturali della Chiesa cattolica.

ARTICOLO II Detta collaborazione riguarda i beni culturali mobili ed immobili di carattere artistico e storico, compresi le chiese coloniali dichiarate come protette dalla legge della Repubblica, i musei, gli archivi storici e le biblioteche appartenenti ad enti e istituzioni ecclesiastiche.

ARTICOLO III Le due Parti collaboreranno in vista della salvaguardia, della valorizzazione e del godimento dei beni culturali di cui all'Art. II.

ARTICOLO IV La Santa Sede, attraverso la Nunziatura Apostolica e la Conferenza dei Vescovi Cattolici delle Filippine, e la Repubblica delle Filippine, attraverso la Commissione Nazionale per la Cultura e le Arti, concorderanno, mediante intese, disposizioni per la salvaguardia, la valorizzazione e il godimento dei beni culturali di carattere artistico e storico appartenenti ad enti ed istituzioni ecclesiastiche, armonizzando l'applicazione della legislazione filippina con la normativa canonica e le esigenze dell'attività pastorale della Chiesa.

ARTICOLO V La Santa Sede e la Repubblica delle Filippine procederanno di comune intesa a risolvere le difficoltà che potessero sorgere in futuro circa l'interpretazione o l'applicazione del presente Accordo.

ARTICOLO VI Il presente Accordo necessita di ratifica. Esso entrerà in vigore il giorno dello scambio degli strumenti di ratifica.

Fatto a Manila in data 17 aprile 2007, in doppio originale, i cui testi in lingua italiana e inglese fanno ugualmente fede

Per la Repubblica delle Filippine ALBERTO G. ROMULO Per la Santa Sede + FERNANDO FILONI

# SPAGNA (5 accordi)

ACCORDO FRA LA SANTA SEDE E LO STATO SPAGNOLO

La Santa Sede ed il Governo Spagnolo:

di fronte al profondo processo di trasformazione che la società spagnola ha conosciuto in questi ultimi anni, anche per quanto riguarda i rapporti tra la comunità politica e le confessioni religiose e tra la Chiesa Cattolica e lo Stato;

considerando che il Concilio Vaticano II, a sua volta, ha stabilito come principi fondamentali, ai quali devono conformarsi le relazioni tra la comunitàpolitica e la Chiesa, tanto la mutua indipendenza di entrambe le Parti, nel proprio ordine, quanto una sana collaborazione tra loro; ha affermato la libertà religiosa come diritto della persona umana, che deve essere riconosciuto nell’ordinamento giuridico della società; ed ha insegnato che la libertà della Chiesa è principio basilare delle relazioni tra la Chiesa ed i Pubblici Poteri e tutto l’ordine civile;

atteso che lo Stato spagnolo ha accolto nella sua legislazione il diritto della libertà religiosa, fondato sulla dignità della persona umana (Legge del 1º liglio 1967), ed ha riconosciuto nel suo stesso ordinamento che vi devono essere norme che tengano conto adeguato del fatto che la maggioranza del popolo spagnolo professa la Religione Cattolica,

giudicano necessario regolare con distinti Accordi le materie di comune interesse, che, nelle nuove circostanze sorte successivamente alla firma del Concordato del 27 agosto 1953, richiedono una nuova regolamentazione;

si impegnano pertanto ad intraprendere, di comune intesa, lo studio di tali differenti materie allo scopo di giungere, quanto prima, alla conclusione di Accordi diretti a sostituire gradualmente le corrispondenti disposizioni del vigente Concordato.

D’altra parte, considerando che nella revisione delle disposizioni delvigente Concordato hanno priorità e speciale urgenza la libera nomina dei Vescovi e l’uguaglianza di tutti i cittadini di fronte all’amministrazione della giustizia, le due Parti contraenti concludono, come primo passo di detta revisione, il seguente: ACCORDO

Articolo I

1) La nomina degli Arcivescovi e Vescovi è di esclusiva competenza della Santa Sede.

2) Prima di procedere alla nomina degli Arcivescovi e dei Vescovi residenziali e dei Coadiutori con diritto di successione, la Santa Sede notificherà il nome del designato al Governo spagnolo, per il caso che a suo riguardo esistessero eventuali obiezioni concrete di indole politica generale, la cui valutazione spetterà alla prudente considerazione della Santa Sede.

Si intenderà che non esistono obiezioni se il Governo non le manifesta nel termine di quindici giorni.

Sulle pratiche relative sarà mantenuto il segreto da entrambe le Parti.

3) La provvista del Vicariato Generale Castrense sarà effettuata mediante la proposta di una terna di nomi, formata di comune accordo tra la Nunziatura Apostolica ed il Ministero degli Affari Esteri e sottoposta all’approvazione della Santa Sede. Il Re presenterà entro quindici giorni uno di essi per la nomina da parte del Romano Pontefice.

4) Restano abrogati l’Art. VII ed il paragrafo 2 dell’Art. VIII del vigente Concordato come anche l’Accordo stipulato tra Santa ed il Governo spagnolo il 7 giugno de 1941.

Articolo II

1) E abrogato l’Art. XVI del vigente Concordato.

2) Nel caso che venga elevata un’accusa penale contro un chierico od un religioso, la competente Autorità lo notificherà al rispettivo Ordinario. Se ilconvenuto fosse un Vescovo o persona ad esso equiparata nel Diritto Canonico, la notificazione sarà fatta alla Santa Sede.

3)In nessun caso i chierici ed i religiosi potranno essere richiesti dai giudici o da altre Autorità di dare informazioni su persone o materie di cui siano venuti a conoscenza per ragioni del loro ministero.

4) Lo Stato spagnolo riconosce e rispetta la competenza privativa dei Tribunali della Chiesa per i delitti che ledono esclusivamente una legge ecclesiastica secondo il Diritto Canonico. Contro le sentenze di detti Tribunali non sarà ammesso alcun ricorso alle Autorità civili.

Il presente Accordo, i cui testi in lingua italiana e spagnola fanno ugualmente fede, entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

Fatto in doppio originale.

Città del Vaticano, 28 Luglio 1976.

+ Giovanni card. Villot Marcelino Oreja Aguirre

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LO STATO SPAGNOLO CIRCA QUESTIONI GIURIDICHE

La Santa Sede e il Governo Spagnolo, proseguendo la revisione del Concordato vigente tra le due Parti, iniziata con l’Accordo firmato il 28 luglio 1976, i cui strumenti di ratifica furono scambiati il 20 agosto di quello stesso anno, concludono il seguente ACCORDO

Articolo I

 1. Lo Stato Spagnolo riconosce alla Chiesa Cattolica il diritto di esercitare la sua missione apostolica e le garantisce il libero e pubblico esercizio delle attività che le sono proprie e in particolare di quelle di culto, di giurisdizione e di magistero.

 2. La Chiesa può organizzarsi liberamente. In particolare, può creare, modificare o sopprimere diocesi, parrocchie e altre circoscrizioni territoriali, che godranno della personalità giuridica civile quando abbiano quella canonica e quest’ultima sia notificata ai competenti organi dello Stato.

La Chiesa parimente può erigere, approvare e sopprimere ordini, congregazioni religiose, altri istituti di vita consacrata e altre istituzioni ed enti ecclesiastici.

Nessuna parte del territorio spagnolo dipenderà da un Vescovo la cui sede si trovi in territorio soggetto alla sovranità di altro Stato, e nessuna diocesi o circoscrizione territoriale spagnola comprenderà parti di territorio soggetto a sovranità straniera .

Il Principato di Andorra continuerà ad appartenere alla diocesi di Urgel.

 3. Lo Stato riconosce la personalità giuridica civile della Conferenza Episcopale Spagnola, in conformità agli statuti approvati dalla Santa Sede.

 4. Lo Stato riconosce la personalità giuridica civile e la piena capacità di agire degli ordini, congregazioni religiose ed altri istituti di vita consacrata e delle loro rispettive province e case, nonché delle associazioni ed altri enti e fondazioni religiose che godano di essa alla data di entrata in vigore del presente Accordo.

Gli ordini, congregazioni religiose ed altri istituti di vita consacrata e le loro province e case che, essendo a tale data canonicamente eretti, non godano della personalità giuridica civile e quelli che siano canonicamente eretti in futuro, acquisteranno la personalità giuridica civile mediante l’iscrizione nel corrispondente Registro dello Stato. L’iscrizione si effetuerà in virtù di un documento autentico dal quale risultino l’erezione, gli scopi, i dati di identificazione, gli organi di rappresentanza, le norme di funzionamento ed i poteri di detti organi. Per determinare la estensione e i limiti della loro capacità di agire e quindi di disporre dei propri beni, ci si atterrà a quanto disponga la legislazione canonica che, in questo caso, fungerà come diritto statutario.

Le associazioni e gli altri enti e fondazioni religiose che, essendo canonicamente eretti alla data di entrata in vigore del presente Accordo, non godano della personalità giuridica civile e quelli che siano canonicamente eretti in futuro dalla competente autorità ecclesiastica, potranno acquistare la personalità giuridica civile in conformità a quanto disposto nell’ordinamento dello Stato, mediante l’iscrizione nel corrispondente Registro in virtù di un documento autentico dal quale risultino l’erezione, gli scopi, i dati di identificazione, gli organi di rappresentanza, le norme di funzionamento ed i poteri di detti organi.

 5. I luoghi di culto hanno garantita l’inviolabilità a norma delle leggi. Non potranno essere demoliti se non siano stati prima privati del loro carattere sacro. In caso di espropriazione coatta, sarà previamente sentita la competente autorità ecclesiastica.

 6. Lo Stato rispetta e protegge l’inviolabilità degli archivi, dei registri e degli altri doeumenti appartenenti alla Conferenza Episcopale Spagnola, alle Curie veseovili, alle Curie dei superiori maggiori degli ordini e delle congregazioni religiose, alle parrocchie e alle altre istituzioni ed enti ecclesiastici.

Articolo II

La Santa Sede potrà promulgare e pubblicare liberamente qualsiasi disposizione relativa al governo della Chiesa e comunicare senza impedimento con i prelati, il clero e i fedeli, cosi come questi potranno farlo con la Santa Sede.

Gli Ordinari e le altre autorità ecclesiastiche godranno delle stesse facoltà nei riguardi del clero e dei fedeli.

Articolo III

Lo Stato riconosce come giorni festivi tutte le domeniche. Di comune intesa si stabilirà quali altre festività religiose sono riconosciute come giorni festivi.

Articolo IV

 1. Lo Stato riconosce e garantisce l’esercizio del diritto all’assistenza religiosa dei cittadini internati in penitenziari, ospedali, sanatori, orfanotrofi e centri analoghi, sia privati sia pubblici.

 2. L’assistenza religiosa cattolica e l’attività pastorale dei sacerdoti e dei religiosi nei centri suindicati, che siano di carattere pubblico, saranno regolati di comune intesa tra le competenti autorità della Chiesa e dello Stato. In ogni caso, saranno salvaguardati il diritto alla libertà religiosa delle persone e il dovuto rispetto ai loro principi religiosi ed etici.

Articolo V

 La Chiesa può esercitare direttamente attività di carattere benefico o assistenziale.

Le istituzioni o gli enti a carattere benefico o assistenziale della Chiesa o dipendenti da essa saranno retti con proprie norme statutarie, e godranno degli stessi diritti e benefici di cui godono gli enti classificati come di beneficenza privata.

 2. La Chiesa e lo Stato potranno, di comune intesa, stabilire le basi per una adeguata cooperazione tra le attività di beneficenza o di assistenza esercitate dalle loro rispettive istituzioni.

Articolo VI

 1. Lo Stato riconosce gli effetti civili al matrimonio celebrato secondo le norme del diritto canonico.

Gli effetti civili del matrimonio canonico si producono dal momento della celebrazione. Per il loro pieno riconoscimento, sarà necessaria l’iscrizione nel Registro civile, che si effettuerà mediante la semplice presentazione del certificato ecclesiastico dell’esistenza del matrimonio.

 2. In conformità alle disposizioni del diritto canonico, i contraenti potranno adire i tribunali ecclesiastici per chiedere la dichiarazione di nullità o domandare la dispensa pontificia dal matrimonio rato e non eonsumato. A richiesta di qualsiasi delle parti, detti provvedimenti ecclesiastici avranno efficacia nell’ordine civile se sono dichiarati conformi al diritto dello Stato con una risoluzione emessa dal tribunale civile competente.

 3. La Santa Sede riafferma il valore permanente della sua dottrina sul matrimonio e ricorda a coloro che celebrano il maltrimonio canonico il grave obbligo che assumono di attenersi alle norme canoniche che lo regolano e in particolare di rispettarne le proprietà essenziali.

Articolo VII

La Santa Sede e il Governo Spagnolo procederanno di comune intesa a risolvere i dubbi o le difficoltà che potessero sorgere circa l’interpretazione o l’applicazione di qualsiasi disposizione del presente Accordo, ispirandosi per questo ai principi che lo informano.

Articolo VIII

Sono abrogati gli articoli I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, X (e l’Accordo del 16 luglio 1946), XI, XII, XIII, XIV, XVII, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXXIII, XXXIV, XXXV e XXXVI del vigente Concordato e il Protocollo Finale relativo agli articoli I, II, XXIII e XXV. Saranno tuttavia rispettati i diritti acquisiti dalle persone toccate dalla abrogazione dell’articolo XXV e del relativo Protocollo Finale

DISPOSIZIONI TRANSITORIE

 1 Gli ordini, le congregazioni religiose e gli altri istituti di vita consacrata, le loro province e case gli altri enti e fondazioni religiose che hanno ottenuto dallo Stato il riconoscimento della personalità giuridica civile e la piena capacità diagire, dovranno iscriversi nel corrispondente Registro dello Stato nel più breve tempo possibile. Trascorsi tre anni dalla entrata in vigore in Spagna del presente Accordo, la loro personalità giuridica potrà essere dimostrata unicamente mediante un attestato dell’avvenuta registrazione, senza pregiudizio della possibilità che tale iscrizione si effettui in qualsiasi tempo.

 2. Le cause pendenti presso i tribunali ecclesiastici all’entrata in vigore in Spagna del presente Accordo continueranno ad essere trattate davanti ad essi e le sentenze avranno gli effetti civili a norma di quanto disposto nell’articolo XXIV del Concordato del 1953.

PROTOCOLLO FINALE

(Circa l’articolo VI, 1)

Subito dopo la celebrazione del matrimonio canonico, il sacerdote davanti al quale è stato celebrato consegnerà agli sposi il certificato ecclesiastico con i dati richiesti per I’iscrizione nel Registro civile. In ogni caso, il parroco nel cui territorio parrocchiale è stato celebrato il matrimonio entro cinque giorni trasmetterà all’incaricato del Registro civile competente l’atto del matrimoniocanonico pel la sua opportuna iscrizione, per il caso che questa non sia già stata effettuata a richiesta delle parti interessate.

Spetta allo Stato regolare la protezione dei diritti che, prima che il matrimonio sia iscritto, vengano acquisiti in buona fede da terzi.

Il presente Accordo, i cui testi in lingua italiana e spagnola fanno ugualmente fede, entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

Fatto in doppio originale.

Città del Vaticano, 3 gennaio 1979.

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LO STATO SPAGNOLO CIRCA L’INSEGNAMENTO E LE QUESTIONI CULTURALI

La Santa Sede e il Governo Spagnolo, proseguendo la revisione dei testi concordatari nello spirito dell’Accordo del 28 luglio 1976, attribuiscono fondamentale importanza ai temi concernenti l’insegnamento.

Da una parte, lo Stato riconosce il diritto fondamentale all’educazione religiosa e ha sottoscritto patti internazionali che garantiscono l’esercizio di questo diritto.

D’altra parte, la Chiesa deve coordinare la propria missione educatrice con i principi della libertà civile in materia religiosa e con i diritti delle famiglie e di tutti gli alunni e docenti, evitando qualsiasidiscriminazione o situazione di privilegio.

I cosiddetti mezzi di comunicazione sociale sono diventati una efficace scuola di conoscenze, di criteri e di comportamenti. Pertanto, nella loro disciplina giuridica devono applicarsi gli stessi principi di libertà religiosa e ugunglianza senza privilegi, che Chiesa e Stato professano in materia di insegnamento.

Infine, il patrimonio storico, artistico e documentale della Chiesa continua ad essere parte importantissima del complesso dei beni culturali della Nazione; e quindi si giustifica la collaborazione tra Chiesa e Stato per mettere tale patrimonio a servizio ed uso dell’intera società e per assicurarne la conservazione e l`incremento.

Per questo, le due Parti contraenti concludono il seguente ACCORDO

Articolo I

Alla luce del principio della libertà religiosa, l’attività educativa rispetterà il diritto fondamentale dei genitori circa l’educazione morale e religiosa dei propri figli nell’ambito scolastico.

In ogni caso, l’educazione impartita nelle scuole pubbliche rispetterà i valori dell’etica cristiana.

Articolo II

In tutti i Centri Educativi, nei corsi di Educazione Prescolastica, di Educazione Generale Basica (EGB) e di Baccellierato Unificato Polivante (BUP) e nei gradi di Formazione Professionale per alunni della stessa età, i programmi educativi includeranno l’insegnamento della religione cattolica, a parità di condizioni con le altre discipline fondamentali.

Per rispetto alla libertà di coscienza, detto insegnamento non avrà carattere obbligatorio per gli alunni. Tuttavia è garantito il diritto a riceverlo.

Le autorità accademiche adotteranno le misure convenienti affinchè il fatto di ricevere o meno l’insegnamento religioso non comporti alcuna discriminazione nel campodell’attività scolastica.

Nei menzionati gradi di insegnamento, le competenti autorità accademiche permetteranno che la gerarchia ecclesiastica, alle condizioni concrete da concordare con essa, istituisca altre attività complementari di formazione e di assistenza religiosa.

Articolo III

Nei gradi educativi ai quali si riferisce l’articolo precedente, l’insegnamento religioso sarà impartito dalle persone che, per ogni anno scolastico, siano designate dall’autorità accademica fra quelle che l’Ordinario diocesano proponga per impartire detto insegnamento. Con sufficiente anticipo, l’Ordinario diocesano comunicherà i nomi dei professori e delle persone ritenute competenti per tale insegnamento.

Nei centri pubblici di Educazione Prescolastica e di E.G.B., la designazione, secondo le modalità sopra segnalate, ricadrà preferibilmente sui professori di E.G.B. che ne facciano domanda.

Nessuno sarà obbligato a impartire l’insegnamento religioso.

I professori di religione faranno parte, a tutti gli effetti, del corpo insegnante dei rispettivi centri.

Articolo IV

L’insegnamento della dottrina cattolica e della sua pedagogia nelle scuole universitarie di formazione dei professori, a parità di condizioni con le altre discipline fondamentali, avrà carattere volontario per gli alunni.

I professori di tali scuole saranno designati dall’autorità accademica con lo stesso procedimento stabilito all’articolo III, e faranno anch’essi parte dei rispettivi corpi insegnanti.

Articolo V

Lo Stato garantisce alla Chiesa la possibilità di organizzare corsi volontari di insegnamento e altre attività religiose nei centri universitari pubblici, utilizzando locali e mezzi ad essi appartenenti. La gerarchia eeclesiastica si metterà d’accordo con le autorità dei centri, per l`adeguato esercizio di queste attività in tutti i loro aspetti.

Articolo VI

Spetta alla gerarchia ecclesiastica indicare il contenuto dell’ insegnamento e della formazione religiosa cattolica come pure proporre i relativi libri di testo e il materiale didattico .

La gerarchia ecclesiastica e gli organi dello Stato, nell’ambito delle rispettive competenze, vigileranno affinché tale insegnamento e tale formazione siano impartiti convenientemente, restando i professori di religione soggetti al regime disciplinare generale dei Centri.

Articolo VII

Nei diversi gradi educativi, il trattamento economico dei professori di religione cattolica, che non appartengano ai corpi docenti dello Stato, sarà stabilito d’intesa tra l’Amministrazione Centrale e la Conferenza Episcopale Spagnola, in modo che possa essere applicato con decorrenza dall’entrata in vigore del presente Accordo.

Articolo VIII

La Chiesa Cattolica può istituire seminari minori diocesani e religiosi, il cui carattere specifico sarà rispettato dallo Stato.

Per la loro classificazione come Centri di Educazione Generale Basica, di Baccellierato Unificato Polivalente o di Corso di Orientamento Universitario, sarà applicata la legislazione generale, ma non si esigerà né un numero minimo di alunni, né la loro ammissione in funzione dell’area geografica di provenienza o di domicilio della famiglia.

Articolo IX

I centri di insegnamento a livello non universitario, di qualsiasi grado e specialità, già istituiti o che la Chiesa istituisca in futuro, si uniformeranno, quanto al modo di svolgere la propria attività, alla legislazione che sia promulgata con carattere generale.

Articolo X

 1. Le università, i collegi universitari, le scuole universitarie e gli altri centri universitari, che saranno istituiti dalla Chiesa Cattolica, si uniformeranno, quanto al modo di svolgere le proprie attività, alla legislazione che sia promulgata con carattere generale.

Per il riconoscimento agli effetti civili degli studi fatti in detti centri, ci si atterrà a ciò che disponga la legislazione a suo tempo vigente in materia.

 2. Lo Stato riconosce l’esistenza legale delle unirersità della Chiesa già erette in Spagna al momento dell’entrata in vigore del presente Accordo; il loro ordinamento giuridico dovrà uniformarsi alla legislazione vigente, salvo quanto previsto all’articolo XVII, 2.

 3. Gli alunni di queste università usufruiranno degli stessi benefici per quanto riguarda l’assistenza sanitaria, la previdenza sociale scolastica, gli aiuti per lo studio e la ricerca, e le altre forme di protezione dello studente, che siano stabiliti per gli alunni delle università dello Stato.

Articolo XI

La Chiesa Cattolica, a norma del proprio diritto, conserva la sua autonomia per istituire università, facoltà, istituti superiori e altri centri di scienze ecclesiastiche, per la formazione di sacerdoti. religiosi e laici.

La convalidazione degli studi e il riconoscimento da parte dello Stato degli effetti civili dei titoli rilasciati in questi centri superiori, saranno oggetto di specifico accordo tra le competenti autorità della Chiesa e dello Stato. Fino a quando non sia stipulato tale accordo, le eventua]i convalidazioni di questi studi e l’attribuzione degli effetti civili ai titoli rilasciati si effettueranno seguendo le norme generali in materia.

Saranno anche regolati, di comune intesa, la convalidazione e il riconoscimento degli studi fatti e dei titoli conseguiti da ecclesiastici o laici nelle facoltà approvate dalla Santa Sede fuori della Spagna.

Articolo XII

Le università dello Stato, previo accordo con la competente autorità ecclesiastica, potranno istituire centri di studi superiori di teologia cattolica .

Articolo XIII

I centri di insegnamento della Chiesa, di qualsiasi grado e specialità, e i loro alunni, avranno diritto a ricevere sovvenzioni, borse di studio, benefici fiscali e altri sussidi che lo Stato accordia centri non statali e agli alunni di questi centri, secondo il principio di uguaglianza delle possibilità.

Articolo XIV

Salvaguardando i principi di libertà religiosa e di espressione, lo Stato vigilerà perché siano rispettati, nei propri mezzi di comunicazione sociale, i sentimenti dei cattolici e stipulerà i relativi accordi in materia con la Conferenza Episcopale Spagnola.

Articolo XV

La Chiesa manifesta nuovamente la volontà di continuare a mettere a servizio della società il proprio patrimonio storico, artistico e documentale, e concorderà con lo Stato le basi per rendere effettivo il comune interesse e la collaborazione tra le due parti allo scopo di preservale, far conoscere e catalogare questo patrimonio culturale in suo possesso, di facilitarne la visita e lo studio, di ottenerne la migliore conservazione di impedirne qualsiasi perdita, ai sensi dell’articolo 46 della Costituzione.

A questi fini ed a qualsiasi altro riferentesi a detto patrimonio, sarà creata una Commissione mista neltermine massimo di un anno a partire dalla data dell’entrata in vigore in Spagna del presente Accordo.

Articolo XVI

La Santa Sede e il Governo Spagnolo procederanno di comune intesa a risolvere i dubbi o le difflcoltà che potessero sorgere circa l’interpretazione o l`applicazione di qualsiasi disposizione del presente Accordo, ispirandosi, per questo, ai principi che lo informano.

Articolo XVII

 1. Sono abrogati gli articoli XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX e XXXI del vigente Concordato.

 2. Ciò nonostante, restano salvi i diritti aquisiti dalle università della Chiesa esistenti in Spagna al momento della fìrma del presente Accordo. Queste, tuttavia potranno optare per il loro adeguamento alla legislazione generale sulle università non statali.

DISPOSIZIONI TRANSITORIE

 1. Il riconoscimento degli effetti civili degli studi fatti nelle università della Chiesa attualmente esistenti continuerà ad essere regolato, provvisoriamente, dalle norme ora vigenti, fino a quando, per ciascun centro o facoltà, siano date le opportune disposizioni per il loro riconoscimento, in armonia con la legislazione generale, la quale non esigerà requisiti superiori a quelli che si impongono alle università dello Stato o degli enti pubblici.

 2. Coloro che al momento della entrata in vigore in Spagna del presente Accordo siano in possesso di titoli superiori in scienze ecclesiastiche e, a norma del paragrafo 3 dell’articolo XXX del Concordato, siano professori titolari delle materie di insegnamento della sezione di lettere in centri scolastici dipendenti dall’autorità ecclesiastica, continueranno a essere considerati come aventi titolo sufficiente per impartire l’insegnamento in tali centri, nonostante l’abrogazione di detto articolo .

PROTOCOLLO FINALE

Per quanto concerne la denominazione di centri, gradi educativi, professori e alunni, sussidi didattici, ecc., ciò che è stato convenuto nel presente Accordo continuerà ad essere valido per le realtà educative equivalenti che potessero sorgere da riforme ocambiamenti di nomenclatura o del sistema scolastico ufficiale.

Il presente Accordo, i cui testi in lingua italiana e spagnola fanno ugualmente fede, entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

Fatto in doppio originale.

Città del Vaticano, 3 gennaio 1979.

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LO STATO SPAGNOLO CIRCA L’ASSISTENZA RELIGIOSA ALLE FORZE ARMATE ED IL SERVIZIO MILITARE DEGLI ECCLESIASTICI E RELIGIOSI

(Omissis)

ACCORDO TRA LA SANTA SEDE E LO STATO SPAGNOLO CIRCA QUESTIONI ECONOMICHE

La revisione del sistema di contribuzione economica dello Stato Spagnolo alla Chiesa Cattolica risulta di particolare importanza nell’opera di sostituzione del Concordato del 1953, con nuovi Accordi.

Da una parte, lo Stato non può disconoscere né protrarre indefinitamente obblighi giuridici contratti nel passato. Dall’altra parte, atteso lo spirito che informa le relazioni fra Chiesa e Stato in Spagna, risulta necessario dar nuovo significato sia ai titoli giuridici della contribuzione economica, sia al sistema secondo il quale tale contribuzione deve attuarsi.

Pertanto, la Santa Sede ed il Governo Spagnolo concludono il seguente ACCORDO

Articolo I

La Chiesa Cattolica può liberamente ottenere contributi dai propri fedeli, organizzare pubbliche collette e ricevere elemosine ed offerte.

Articolo II

 1. Lo Stato, con assoluto rispetto del principio della libertà religiosa, si impegna a collaborare affinché la Chiesa Cattolica possa conseguire i mezzi che le assicurino un adeguato sostegno economico.

 2. Trascorsi tre esercizi completi dalla stipulazione del presente Accordo, lo Stato potrà assegnare alla Chiesa Cattolica una percentuale sul gettito dell’imposta sul reddito o sul patrimonio netto ovvero su altra imposta di carattere personale, mediante il procedimento tecnicamente più adeguato. A tale scopo ciascun contribuente dovrà espressamente manifestare, nella rispettiva dichiarazione, la propria volontà circa la destinazione della percentuale in oggetto. In assenza di tale dichiarazione, la somma corrispondente sarà destinata ad altre finalità.

 3. Questo sistema sostituirà la dotazione alla quale si riferisce il numero seguente, in modo da assicurare alla Chiesa Cattolica entrate per un ammontare equiparabile a quello di detta dotazione.

 4. Fino a quando non venga applicato il nuovo sistema, lo Stato stanzierà nel suo bilancio un’adeguata dotazione a favore della Chiesa Cattolica, dotazione che avrà carattere globale ed unico e sarà aggiornata annualmente.

Durante il processo di sostituzione, che si porterà a compimento nel termine di tre anni, la dotazione di cui sopra verrà ridotta in misura uguale alla assegnazione tributaria percepita dalla Chiesa Cattolica.

 5. La Chiesa Cattolica manifesta il proposito di conseguire direttamente i mezzi sufficienti per provvedere alle proprie necessità. Quando sia stato realizzato questo proposito, le due Parti si metteranno d’accordo per sostituire i sistemi di collaborazione finanziaria previsti nei numeri precedenti di questo articolo in altri campi ed altre forme di collaborazione economica tra la Chiesa Cattolica e lo Stato.

Articolo III

Non saranno soggette, secondo i casi, alle imposte sul reddito o sulle uscite o consumi:

a) Oltre alle attività menzionate nell’articolo I del presente Accordo, la pubblicazione delle istruzioni, ordinanze, lettere pastorali, bollettini diocesani, e qualsiasi altro documento delle competenti autorità ecclesiastiche cosi come la loro affissione nei luoghi d’uso.

b) L’attività scolastica nei seminari diocesani e religiosi, come l’insegnamento delle discipline ecclesiastiche nelle università della Chiesa.

c) L’acquisto di oggetti destinati al culto.

Articolo IV

 1 La Santa Sede, la Conferenza Episcopale, le diocesi, parrocchie ed altre circoscrizioni territoriali, gli ordini e congregazioni religiose e gli istituti di vita consacrata, nonché le loro province e case, avranno diritto alle seguenti esenzioni:

A) Esenzione totale e permanente dall’imposta sui fabbricati per i seguenti immobili:

1) Le chiese e cappelle destinate al culto, come le loro dipendenze o edifici e locali annessi, destinati all’attività pastorale.

2) La residenza dei Vescovi, dei canonici e dei sacerdoti con cura di anime.

3) I locali destinati ad uffici della Curia diocesana e ad uffici parrocchiali.

4) I seminari destinati alla formazione del clero diocesano e religioso e le università ecclesiastiche, in quanto vi si tengano corsi di discipline ecclesiastiche.

5) Gli edifici destinati principalmente a case o conventi degli ordini, congregazioni religiose ed istituti di vita consacrata.

B) Esenzione totale e permanente dalle imposte reali o “de producto” sul reddito e sul patrimonio.

Questa esenzione non si estenderà agli utili che potessero provenire dall’esercizio di attività organizzate con fine di lucro, né ai redditi del proprio patrimonio quando ne sia stato ceduto l’uso, né si estenderà al plusvalore od agli utili soggetti a ritenuta alla fonte per imposte sul reddito.

C) Esenzione totale dalle imposte sulle successioni, donazioni e trasmissioni patrimoniali sempre che i beni o i diritti acquisiti siano destinati al culto, al sostenimento del clero, al sacro apostolato ed all’esercizio della carità.

D) Esenzione dai tributi speciali e dalla tassa “de equivalencia”, nei casi in cui questi tributi gravino sui beni elencati alla lettera A) di questo articolo.

 2. Le somme donate agli enti ecclesiastici elencati in questo articolo e destinate alle finalità indicate alla lettera C), daranno diritto alle stesse deduzioni dall’imposta sul reddito delle persone fisiche, stabilite per le somme donate ad enti classificati o dichiarati benéfici o di pubblica utilità.

Articolo V

Le associazioni e gli enti religiosi non compresi fra quelli elencati nell’articolo IV di questo Accordo e che si dedichino ad attività religiose, beneficodocenti, mediche od ospedaliere, o di assistenza sociale, avranno diritto alle agevolazioni tributarie che l’ordinamento giuridicotributario dello Stato Spagnolo prevede per gli enti senza fine di lucro e, in ogni caso, a quelle agevolazioni tributarie che vengono concesse agli enti privati di beneficenza.

Articolo VI

La Santa Sede ed il Governo Spagnolo procederanno di comnne intesa a risolvere i dubbi o le difflcoltà che potessero sorgere circa l’interpretazione o l’applicazione di qualsiasi disposizione del presente Accordo, ispirandosi per questo ai principi che lo informano.

Articolo VII

Sono abrogati gli articoli XVIII, XIX, XX, e XXI del vigente Concordato tra la Santa Sede e lo Stato Spagnolo sui seminari e sulle università, di studi ecclesiastici dell’8 dicembre 1946.

PROTOCOLLO ADDIZIONALE

 1. Durante il periodo in cui il contributo economico si concreta esclusivamente nella dotazione globale come anche durante il periodo di applicazione simultanea del sistema previsto nell’articolo II, numero 2, di questo Accordo, lo Stato tenendo presente la relazione di cui al capoverso seguente fisserà ogni anno nel suo bilancio tale dotazione globale, mediante l’applicazione dei criteri di determinazione quantitativa che ispirano i corrispondenti capitoli dello stesso bilancio, in armonia con le finalità a cui la Chiesa destina le somme ricevute dallo Stato.

In una relazione, che in merito a detta dotazione statale verrà presentata annualmente, si descriverà la destinazione progettata dalla Chiesa, nel quadro delle sue necessità, delle somme da includere nel bilancio statale, come anche la destinazione da essa data alle somme ricevute dallo Stato l’anno precedente.

 2. Le due Parti, di comnne accordo, indicheranno le voci tributarie vigenti nelle quali si concretano le esenzioni, ed i casi di non assoggettamento ad imposte enumerati negli articoli III e V del presente Accordo.

Qualora venga modificato sostanzialmente l’ordinamento giuridicotributario spagnolo, le due Parti definiranno i benefici fiscali ed i casi di non assoggettamento ad imposte, che risultino in conformità ai principi del presente Accordo.

 3. In caso di debiti tributari non soddisfatti in tempo utile da qualcuno degli enti religiosi compresi nel numero 1, dell’articolo IV o nell’articolo V di questo Accordo, lo Stato senza pregiudizio della possibilità di agire che sempre gli spetta potrà rivolgersi alla Conferenza Episcopale perché questa induca tale ente al pagamento del debito tributario.

Il presente Accordo, i cui testi in lingua italiana e spagnola fanno ugualmente fede, entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica.

Fatto in doppio originale.

Città del Vaticano, 3 gennaio 1979.

# VENEZUELA

C**ONVENZIONE FRA LA SANTA SEDE E LA REPUBBLICA DI VENEZUELA**

La Santa Sede Apostolica e lo Stato Venezuelano, considerando che la Religione Cattolica Apostolica e Romana è la Religione della grande maggioranza dei Venezuelani, nel desiderio che possano essere regolate quanto prima in una maniera completa e conveniente tutte le questioni di comune interesse e proponendosi di farlo in futuri Accordi, hanno determinato di definire frattanto, di comune accordo, quanto si riferisce ad alcune materie di immediata urgenza.

A questo fine Sua Santità il Sommo Pontefice Paolo VI e Sua Eccellenza il Signor Rómulo Betancourt, Presidente della Repubblica del Venezuela, hanno nominato Loro Plenipotenziari rispettivamente Sua Eccellenza Reverendissima Monsignor Luigi Dadaglio, Nunzio Apostolico nel Venezuela, e Sua Eccellenza il Dott. Marcos Falcón Briceño, Ministro degli Esteri i quali, dopo avere scambiati i loro rispettivi Pieni Poteri e riconosciuta la autenticità dei medesimi, hanno convenuto negli Articoli seguenti:

Art. I Lo Stato Venezuelano continuerà ad assicurare ed a garantire il libero e pieno esercizio del Potere Spirituale della Chiesa Cattolica, così come il libero e pubblico esercizio del culto cattolico in tutto il territorio della Repubblica.

Art. II Lo Stato Venezuelano riconosce il libero esercizio del diritto della Chiesa Cattolica di promulgare Bolle, Brevi, Statuti, Decreti, Lettere Encicliche e Pastorali nell'ambito della sua competenza e per il raggiungimento dei fini che le sono propri.

Art. III Lo Stato Venezuelano riconosce la personalità giuridica internazionale della Santa Sede e dello Stato della Città del Vaticano.

Allo scopo di mantenere le amichevoli relazioni tra la Santa Sede e lo Stato del Venezuela, continueranno ad essere accreditati un Ambasciatore del Venezuela presso la Santa Sede e un Nunzio Apostolico in Caracas, il quale sarà il Decano del Corpo Diplomatico presso il Governo del Venezuela.

Art. IV Nella Repubblica del Venezuela si riconosce la Chiesa Cattolica come persona giuridica di carattere pubblico.

Godono inoltre della personalità giuridica per gli atti della vita civile le Diocesi, i Capitoli Cattedrali, i Seminari, le Parrocchie, gli Ordini, le Congregazioni Religiose e gli altri Istituti di perfezione cristiana canonicamente riconosciuti.

Le istituzioni o enti particolari che, secondo il Diritto Canonico, hanno personalità giuridica, godranno della medesima personalità giuridica davanti allo Stato una volta adempiuti i requisiti legali.

Art. V La erezione di nuove Arcidiocesi, Diocesi e Prelature Nullius e le modificazioni degli attuali confini sarà fatta dalla Santa Sede previo accordo con il Governo.

Nessuna parte del territorio venezuelano dipenderà da un Vescovo la cui sede si trovi fuori delle frontiere della Repubblica.

Quando si debbano erigere nuove Diocesi o modificare i confini di quelle esistenti, si procurerà che i confini diocesani coincidano, nei limiti del possibile, con le divisioni politiche del territorio nazionale.

Art. VI Prima di procedere alla nomina di un Arcivescovo e Vescovo diocesano o di un Prelato Nullius o dei loro Coadiutori con diritto di successione, la Santa Sede comunicherà il nome del candidato al Presidente della Repubblica per accertarsi che il medesimo non abbia obiezioni di carattere politico generale da sollevare. Esistendo obiezioni di tale natura, la Santa Sede indicherà il nome di altro candidato per gli stessi fini.

Le pratiche relative si svolgeranno con la maggior riservatezza allo scopo di mantenere segreti i nomi dei candidati fino a che non sia stata pubblicata la nomina definitiva.

Trascorsi trenta giorni dalla comunicazione fatta al Presidente della Repubblica, il silenzio di questi si interpreterà nel senso che egli non ha alcuna obiezione contro la nomina. In casi eccezionali, detto termine potrà essere esteso fino a sessanta giorni d'accordo con la Nunziatura Apostolica.

Art. VII Gli Arcivescovi e i Vescovi diocesani e i loro Coadiutori con diritto di successione saranno cittadini venezuelani .

Art. VIII La provvista delle Dignità dei Capitoli Metropolitani e Cattedrali è riservata alla Santa Sede.

Tuttavia, in considerazione del disposto dell'Art. XI, la nomina sarà ufficialmente comunicata al Governo del Venezuela prima della presa di possesso da parte degli investiti.

Nel caso della creazione di nuove Dignità, avrà applicazione l'Art. Xl rispetto ad esse, una volta che abbia avuto luogo un'intesa con il Governo.

Art. IX La provvista dei canonicati e benefici minori dei Capitoli Metropolitani e Cattedrali, sarà fatta liberamente dalla competente Autorità Ecclesiastica, secondo le norme del Diritto Canonico.

L'Ordinario del luogo darà comunicazione ufficiale di dette nomine all'Esecutivo Nazionale prima che i nuovi investiti prendano possesso canonico del beneficio.

Art. X L'erezione di nuove Parrocchie sarà fatta liberamente dagli Ordinari diocesani, i quali comunicheranno alla prima Autorità Civile della giurisdizione l'erezione ed i confini delle nuove Parrocchie, come pure i cambi dei confini delle Parrocchie già esistenti.

Art. XI Il Governo del Venezuela, nei limiti delle sue possibilità fiscali, continuerà a destinare un Capitolo del Bilancio, che continuerà a denominarsi "Assegnazioni Ecclesiastiche", per il decoroso sostentamento dei Vescovi, Vicari Generali e Capitoli Ecclesiastici.

Si destinerà altresì, nel Bilancio, una partita adeguata per eseguire e contribuire alla esecuzione dei lavori di costruzione e conservazione di chiese, seminari e luoghi destinati alla celebrazione del culto.

Art. XII Il Governo del Venezuela, con il proposito di attirare ed incorporare alla vita civile i nativi del Paese che abitano nelle regioni della frontiera o distanti dai centri popolati, continuerà a prestare speciale appoggio e protezione alle Missioni Cattoliche stabilite in alcune regioni della Repubblica.

La Santa Sede darà comunicazione ufficiale al Governo del Venezuela della erezione di nuovi Vicariati Apostolici o della divisione di quelli già esistenti.

I Vicari, i Prefetti Apostolici ed i Superiori delle Missioni autonome saranno nominati dalla Santa Sede, la quale darà al Governo comunicazione della nomina prima che essa sia pubblicata.

Art. XIII Quando, a giudizio degli Ordinari, sia necessaria la collaborazione sia di Istituti Religiosi dell'uno o dell'altro sesso, sia di Sacerdoti secolari di altra nazionalità, per l'assistenza religiosa dei fedeli e per le opere sociali e di beneficenza pubbliche o private, si solleciterà per iscritto la loro entrata e permanenza nel Paese, che verranno concesse dalla competente Autorità, previo il compimento dei requisiti di legge ordinari.

Art. XIV La Chiesa potrà fondare liberamente Seminari Maggiori e Minori, tanto Diocesani che Interdiocesani, ed altri Istituti destinati alla formazione del Clero Secolare e Religioso, i quali dipenderanno unicamente dalla Autorità Ecclesiastica nella loro direzione, regime e programmi di studio.

Riconoscendo lo Stato i fini specifici dell'educazione impartita in tali Seminari ed Istituti, è disposto a concedere l'equivalenza degli studi dell'educazione secondaria sempre che il piano di detti studi contenga, a parità di condizioni, i programmi dell'educazione secondaria.

Art. XV Lo Stato Venezuelano, in conformità con quanto stabilisce la Costituzione, riconosce il diritto dei cittadini cattolici di organizzarsi per promuovere la diffusione e la pratica dei principi della fede e morale cattolica mediante le Associazioni di Azione Cattolica dipendenti dall'Autorità Ecclesiastica, le quali si manterranno sempre fuori di ogni partito politico.

Art. XVI Le Alte Parti contraenti si impegnano a risolvere amichevolmente le eventuali difficoltà che nel futuro potessero sorgere sia nell'interpretazione o applicazione di qualche clausola della presente Convenzione, sia in generale nelle mutue relazioni tra la Chiesa e lo Stato.

Art. XVII La presente Convenzione i cui testi in lingua italiana e spagnola fanno egualmente fede entrerà in vigore allo scambio delle ratifiche.

Una volta ratificato, il presente Accordo sarà la norma che, come lo prevede l'Art. 130 della Costituzione, regolerà le relazioni tra la Chiesa e lo Stato.

Caracas, 6 Marzo 1964.

+ Luigi Dadaglio Arcivescovo Tit. di Lero Nunzio Ap. in Venezuela

Marcos Falcón Briceño